



Relatório Anual

PLANO BD 2011

CNPB 1973000156

Mensagem da Diretoria

Durante os 38 anos de existência, a Valia enfrentou diversos desafios, obteve sucessos e aprendizados. Não poderia ser diferente, já que próximo a completar quatro décadas, crescemos, aprimoramos processos, ampliamos a quantidade de veículos de comunicação com o nosso público e nos tornamos o quinto maior fundo de pensão do país em volume de recursos financeiros e o sétimo em número de participantes.

Um dos marcos de 2011 para a Fundação foi a superação da marca de 100 mil participantes entre ativos, aposentados e pensionistas. Esse resultado é o reflexo do comprometimento das equipes ao longo do ano e do aperfeiçoamento das iniciativas já desempenhadas com foco na conquista de inscrições. Somado a isso, há também o envolvimento dos patrocinadores em oferecer aos seus empregados um investimento de longo prazo, que será fundamental para manter a qualidade de vida no momento da aposentadoria.

Outro momento que merece ser destacado foi a adesão em 2011 de dez patrocinadores ao Plano Vale Mais: Ultrafertil, Log. Star Navegação, Vale Energia Limpa, Vale Potássio Nordeste, Vale Fertilizantes, PSC Terminais Intermodais, Associação Instituto Tecnológico Vale – ITV, Vale Logística de Carga Geral, Norsk Hydro Brasil e Mineração Naque. Indício da confiança depositada na Valia, que se empenha para entender as necessidades de cada público e criar ações personalizadas com o intuito de tornar o tema previdência complementar mais fácil de ser compreendido.

Os números e as conquistas indicam que estamos no caminho certo, tendo encerrado o ano com um patrimônio de R\$ 14,5 bilhões, ante R\$ 13,6 bilhões em 2010. No decorrer destas quase quatro décadas, a Fundação vem buscando desenvolver um trabalho de qualidade e transparência, aliado a uma gestão sólida e eficiente, atualmente direcionada a mais de 100 mil participantes e 47 patrocinadores.

Boa Leitura!

Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011 e relatório dos auditores independentes

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia ("Entidade" ou "Valia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis conso-

lidas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

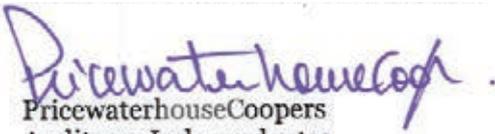
Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados consideran-

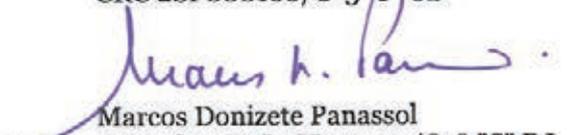
do, como permitido, a posição consolidada da Entidade, cujo relatório de 17 de março de 2011, não conteve nenhuma modificação. Os procedimentos de auditoria referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010

foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2012



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ



Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais.

Ativo	2011	2010
Disponível	3.734	2.697
Realizável		
Gestão previdencial	117.645	38.532
Gestão administrativa (Nota 7)	15.285	14.542
Investimentos (Nota 4)		
Títulos públicos	3.509.255	3.455.050
Créditos privados e depósitos	1.035.735	965.120
Ações	2.573.198	2.711.088
Fundos de investimento	5.940.273	5.240.634
Investimentos imobiliários	861.512	500.024
Empréstimos	617.412	499.763
Financiamentos imobiliários	47.356	69.640
Depósitos Judiciais / Recursais	650	
Outros realizáveis		119.717
	14.718.321	13.614.110
Permanente (Nota 8)		
Imobilizado	1.995	1.323
Intangível	12.007	9.725
	14.002	11.048
Total do ativo	14.736.057	13.627.855

Passivo	2011	2010
Exigível operacional		
Gestão previdencial	12.383	9.742
Gestão administrativa	8.610	8.912
Investimentos	1.498	1.241
	22.491	19.895
Exigível contingencial (Nota 10)		
Gestão previdencial	869.612	518.535
Gestão administrativa	568	372
Investimentos	3.061	2.326
	873.242	521.233
Patrimônio social	13.840.324	13.086.727
Patrimônio para cobertura do plano	12.227.248	11.328.795
Provisões matemáticas (Nota 11)		
Benefícios concedidos	7.231.648	6.784.455
Benefícios a conceder	1.897.000	1.565.140
	9.128.648	8.349.595
Equilíbrio técnico		
Resultados realizados		
Superávit técnico acumulado	3.098.600	2.979.200
Reserva de contingência	1.690.837	1.572.121
Reserva para revisão do Plano	1.407.763	1.407.079
	3.098.600	2.979.200
Fundos (Nota 12)		
Fundos previdenciais	1.438.859	1.612.022
Fundos administrativos	171.779	145.910
Fundos dos investimentos	2.438	
	1.613.076	1.757.932
Total do passivo	14.736.057	13.627.855

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010	Variação - %
1. Ativos	10.286.322	9.892.812	3,98
Disponível	270	1.002	(73,05)
Recebível	114.899	49.143	133,81
Investimentos	10.171.153	9.842.667	3,34
Títulos públicos	2.992.022	2.958.082	1,15
Créditos privados e depósitos	735.752	686.583	7,16
Ações	2.287.011	2.388.122	(4,23)
Fundos de investimento	3.115.361	2.967.298	4,99
Investimentos imobiliários	708.732	438.125	61,76
Empréstimos	312.763	261.447	19,63
Financiamentos imobiliários	18.957	30.843	(38,54)
Depósitos Judiciais / Recursais	555		
Outros realizáveis		112.167	(100,00)
Permanente			
2. Obrigações	881.328	528.657	66,71
Operacional	8.915	7.953	12,10
Contingencial	872.413	520.704	67,54
3. Fundos não previdenciais	32.374	29.743	8,85
Fundos administrativos	30.961	29.743	4,10
Fundos de investimentos	1.413		
4. Resultados a realizar			
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	9.372.620	9.334.412	0,41
Provisões matemáticas	5.452.961	5.254.175	3,78
Superávit técnico	2.770.202	2.720.623	1,82
Fundos previdenciais	1.149.457	1.359.614	(15,46)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010	Variação - %
A) Patrimônio social - início do exercício	13.086.727	11.494.857	13,85
1. Adições	2.102.515	2.655.531	(20,83)
Contribuições previdenciais	513.716	396.970	29,41
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	1.509.936	2.182.911	(30,83)
Receitas administrativas	66.148	64.152	3,11
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	10.277	11.498	(10,62)
Constituição de fundos de investimento	2.438		
2. Destinações	(1.348.918)	(1.063.661)	26,82
Benefícios	(877.406)	(811.250)	8,15
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(113.674)	(88.512)	28,43
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(307.282)	(112.898)	172,18
Despesas administrativas	(48.911)	(42.165)	16,00
Resultado negativo dos investimentos - Gestão administrativa	(1.539)	(2.082)	(26,08)
Constituição de contingências - Gestão administrativa	(106)	(117)	(9,40)
Reversão de fundos de investimento		(6.637)	(100,00)
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	753.597	1.591.870	(52,66)
Provisões matemáticas	779.052	981.784	(20,65)
Superávit técnico do exercício	119.400	776.262	(84,62)
Fundos previdenciais	(173.162)	(190.825)	(9,26)
Fundos administrativos	25.869	31.286	(17,31)
Fundos de investimentos	2.438	(6.637)	(136,74)
4. Operações transitórias			
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3+4)	13.840.324	13.086.727	5,76

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010	Variação %
A) Ativo líquido - início do exercício	9.334.412	8.410.569	10,98
1. Adições	1.102.889	1.750.499	(37,00)
Contribuições previdenciais	29.844	27.464	8,67
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	1.073.045	1.723.035	(37,72)
2. Destinações	(1.064.681)	(826.656)	28,79
Benefícios	(669.958)	(631.095)	6,16
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(76.996)	(72.850)	5,69
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(307.282)	(112.897)	172,18
Custeio administrativo	(10.445)	(9.814)	6,43
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	38.208	923.843	(95,86)
Provisões matemáticas	198.786	401.936	(50,54)
Superávit técnico do exercício	49.579	720.115	(93,12)
Fundos previdenciais	(210.157)	(198.208)	6,03
4. Operações transitórias			
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	9.372.620	9.334.412	0,41
C) Fundos não previdenciais	32.374	29.743	8,85
Fundos administrativos	30.961	29.743	4,10
Fundos dos investimentos	1.413		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010	Variação - %
Patrimônio de cobertura do plano (1+2)	8.223.162	7.974.798	3,11
1. Provisões matemáticas	5.452.961	5.254.175	3,78
1.1 - Benefícios concedidos	5.450.369	5.250.162	3,81
Benefício Definido	5.450.369	5.250.162	3,81
1.2 - Benefício a conceder	2.592	4.013	(35,41)
Benefício Definido	2.592	4.013	(35,41)
2. Equilíbrio técnico	2.770.201	2.720.623	1,82
2.1 - Resultados realizados	2.770.201	2.720.623	1,82
Superávit técnico acumulado	2.770.201	2.720.623	1,82
Reserva de contingência	1.363.239	1.313.544	3,78
Reserva para revisão de plano	1.406.962	1.407.079	(0,01)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010	Variação - %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	145.910	114.624	27,29
1. Custeio da gestão administrativa	76.426	75.650	1,03
1.1 - Receitas	76.426	75.650	1,03
Custeio administrativo da gestão previdencial	44.522	36.797	20,99
Custeio administrativo dos investimentos	15.918	21.768	(26,88)
Taxa de administração dos empréstimos e financiamentos	5.695	5.574	2,15
Resultado positivo dos investimentos	10.277	11.498	(10,62)
Outras receitas	14	13	23,08
2. Despesas administrativas	49.019	42.282	15,93
2.1 - Administração previdencial	27.295	28.102	(2,87)
Pessoal e encargos	12.202	11.621	5,00
Treinamentos/congressos e seminários	308	245	25,71
Viagens e estadias	841	629	33,7
Serviços de terceiros	6.983	6.941	0,61
Despesas gerais	5.338	6.989	(23,62)
Depreciações e amortizações	1.515	1.529	(0,92)
Contingências	106	117	(9,40)
Outras despesas	3	31	(93,55)
2.2 - Administração dos investimentos	21.724	14.180	53,20
Pessoal e encargos	11.032	7.842	40,68
Treinamentos/congressos e seminários			
Viagens e estadias	307	144	113,19
Serviços de terceiros	4.103	1.770	131,81
Despesas gerais	6.282	4.424	42,00
3. Resultado negativo dos investimentos	1.538	2.082	(26,13)
4. Suficiência da gestão administrativa (1-2-3)	25.869	31.286	(17,31)
5. Constituição do fundo administrativo (4)	25.869	31.286	(17,31)
6. Operações transitórias			
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	171.779	145.910	17,73

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 Contexto operacional

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA ("Valia", "Fundação" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado, instituída pela Companhia Vale do Rio Doce ("Vale") em 2 de abril de 1973, é uma entidade fechada de previdência complementar privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, multipatrocinada, com multiplanos, constituída para funcionar por prazo indeterminado.

Em consonância com as disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal conceder benefícios suplementares, ou assemelhados aos da Previdência Oficial, a que tem direito os participantes e respectivos beneficiários.

Os recursos de que a Fundação dispõe para fazer face aos seus compromissos regulamentares são oriundos das contribuições dos patrocinadores e dos participantes, inclusive assistidos e dos rendimentos resultantes do investimento desses recursos. Os planos administrados pela Fundação e seus patrocinadores são os seguintes:

Plano de Benefício Definido ("Plano BD")

- Vale S.A. (*);
- Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA;
- LOG-IN Logística Intermodal S.A. (**);
- Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social - FVRD;
- Florestas Rio Doce S.A.;
- Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO;
- Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO;
- Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS;
- Minas da Serra Geral S.A.; e
- Celulose Nipo-Brasileira - CENIBRA S.A.

Plano de Benefícios - VALE MAIS

- Vale S.A. (*);
- Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA;
- LOG-IN Logística Intermodal S.A. (**);
- Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social - FVRD;
- Florestas Rio Doce S.A.;
- Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO;
- Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO;

- Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS;
- Minas da Serra Geral S.A.;
- Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA;
- CADAM S.A.;
- Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR;
- Ferrovia Norte e Sul S.A.;
- Mineração Paragominas;
- Salobo Metais S.A.;
- Vale Florestar S.A.;
- Vale Óleo e Gás S.A.;
- Vale Soluções em Energia S.A. - VSE;
- Associação Instituto Tecnológico Vale - ITV;
- Log Star Navegação S.A.;
- Mineração Naque S.A.;
- Norsk Hydro Brasil Ltda.;
- PSC Terminais Intermodais Ltda.;
- Ultrafertil S.A.;
- Vale Energia Limpa S.A.;
- Vale Fertilizantes S.A.;
- Vale Logística Integrada S.A.; e
- Vale Potássio Nordeste S.A.

Plano de Previdência - Cenibra - CENIBRA - Celulose Nipo-Brasileira S.A.

Plano de Benefícios - FCA - Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

Plano de Benefícios - VALIAPREV

- Pará Pigmentos S.A.;
- Nova Era Silicon S.A.;
- Urucum Mineração S.A.;
- Companhia Paulista de Ferroligas;
- Vale Manganês S.A.;
- Samarco Mineração S.A.;
- Plano de Assistência a Saúde do Aposentado da CVRD - PASA;
- Valesul Alumínio S.A.;
- Cia. Portuária Baía de Sepetiba;
- Terminal de Vila Velha S.A. - TVV;
- Kaserge Serviços Gerais S.A. - KSG;
- Serviços de Operação, Manutenção e Montagem Ltda. - MSE;
- Cia. Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO;

- Instituto Ambiental Vale;
- Vale S.A. (*);
- Conselho Empresarial Brasil China - CEBC; (****)
- Bozel Mineração S.A.;
- Albrás Alumínio Brasileiro S.A.;
- Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A.;
- Mineração Corumbaense Reunida S.A.; e
- Mineração Naque S.A. (**);

Observações:

(*) A Vale S.A. na qualidade de incorporadora das empresas: Rio Doce Geologia e Mineração S.A. - DOCEGEO; Caemi Mineração e Metalúrgica S.A.; Mineração Onça Puma Ltda. e Ferteco Mineração S.A.

(**) Log-in Logística Intermodal S.A. na qualidade de incorporadora da DCNDB Overseas e Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE.

(***) Mineração Naque S.A. na qualidade de incorporadora Sociedade Mineira de Mineração S.A.

(****) Término do patrocínio em 06/2011.

Abono Complementação

O abono complementação de aposentadoria e de pensão pagos aos ex-empregados das empresas Vale S.A., DOCEGEO, DOCENAVE, Valia e ITABRASCO e seus beneficiários abrangidos pelas Resoluções CVRD 5/1987, 6/1987 e 7/1989; Resoluções DOCEGEO RE 3/1987, 4/1987 e 7/89; Instrução Especial - DOCENAVE - n° 202/89 (DP); Ata - VALIA - Dir.261ª, de 7 de junho de 1987 e Carta - ITABRASCO - IB - 055/88, de 5 de fevereiro de 1988 n° 5/1987 e 7/1989, foi instituído pelas respectivas empresas e, em 2001, a sua operacionalização e administração foi transferida para a Valia, conforme Convênio celebrado entre a Vale e esta Fundação.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC n° 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n° 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela VALIA são apresentadas a seguir:

(a) Resultado das operações

Segundo regulamentação vigente, o resultado é apurado em observância ao princípio de competência, no qual as receitas e as despesas são registradas independentes da sua efetiva realização, com exceção da receita de contribuições de autopatrocinados, cuja escrituração é feita com base no regime de caixa.

(b) Registros contábeis

Os registros contábeis são realizados separadamente, por plano de benefícios, gerando balancetes contábeis individualizados.

(c) Investimentos

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

Conforme determinação da Instrução SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009, quando a administração julga necessário é constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrados líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.

Títulos públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos

As operações com créditos privados e depósitos e aos fundos de Investimentos, de acordo com a Resolução CGPC n° 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Fundação, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis,

para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até a data do vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados pro rata die, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Os fundos de renda fixa e renda variável estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base variações de mercado.

Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado de juros.

Ações

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados ao custo de aquisição, atualizado pelos valores indicados nos laudos de reavaliação. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxa anual de 2% para os prédios e 10% para as instalações ou de acordo com o prazo de vida útil remanescente estabelecido no laudo de reavaliação. A receita de aluguéis é registrada no

resultado do exercício, na rubrica de receitas de investimentos imobiliários, na gestão de investimentos.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As taxas aplicadas foram determinadas por normas internas, atendendo o mínimo previsto no artigo 38 da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 3.846 de 25 de março de 2010.

(d) Permanente

O ativo permanente contempla os registros do Imobilizado e Intangível os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações, ambos corrigidos monetariamente até dezembro de 1995, quando deixou de existir a correção monetária. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear com base no prazo de vida útil dos bens, conforme taxas definidas na legislação em vigor.

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009, foi realocado no ativo intangível.

(e) Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante de perda considerada provável, de acordo com informações obtidas dos assessores jurídicos, observada a sua natureza e atualizado até a data do balanço.

(f) Patrimônio social

Patrimônio de cobertura do plano

O Patrimônio de cobertura do plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e pelo Equilíbrio Técnico.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

No Equilíbrio Técnico, estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios previdenciais. Até

o limite de 25% em relação às provisões matemáticas, tal valor é registrado como “reserva de contingência”. O seu excedente é registrado como Reserva Especial para Revisão do Plano, reserva esta que deverá atender aos critérios definidos na resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço os seguintes fundos:

Fundo previdencial - Os saldos apresentados no balanço de 2011 referem-se aos Fundos para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses; Fundo Valesul; Fundo Cenibra e Fundo de distribuição de superávit calculados pelos atuários, no valor de R\$ 1.438.859 (R\$ 1.612.022 em 2010).

Fundo administrativo - Este fundo é constituído em função do resultado positivo obtido por meio da apuração de receitas e despesas da Gestão Administrativa. Este fundo tem por finalidade garantir a manutenção da estrutura administrativa.

Fundo de investimento - Foi constituído para fazer face à possível inadimplência dos contratos de mútuo (empréstimos). O saldo deste fundo é remunerado por meio da rentabilidade dos investimentos auferida mensalmente.

(g) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

(h) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

4 Demonstrativo da carteira de investimentos

Os recursos garantidores dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa em 31 de dezembro estão assim representados:

Descrição	2011	2010
Renda fixa		
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	3.509.255	3.455.050
Aplicações em instituições financeiras	573.148	501.063
Títulos de empresas	462.587	464.057
Fundos de investimentos	4.573.875	3.945.882
	9.118.865	8.366.052
Renda variável		
Mercado de ações à vista	2.549.061	2.666.401
Fundos de investimentos	1.043.180	1.024.957
	3.592.241	3.691.358
Investimentos estruturados		
Fundos de participação	288.701	236.705
Fundo Imobiliário	34.517	33.090
	323.218	269.795
Investimentos no exterior		
Ações	24.137	44.687
Investimentos imobiliários		
Em construções	162.472	112.091
Edificações	699.040	387.933
	861.512	500.024
Operações com participantes		
Empréstimos	617.412	499.763
Financiamentos imobiliários	47.356	69.640
	664.768	569.403
Outros realizáveis		
OFND		119.717
Total	14.584.741	13.561.036

4.1 Títulos e valores mobiliários classificados para negociação e vencimento

Em consonância com o artigo 8º da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002, demonstramos abaixo os títulos classificados nas categorias mantidos até o vencimento e os marcados a mercado, detalhados por tipo e prazo.

	Mantidos até o vencimento		Negociação
	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Investimentos			
Títulos Federais			
Notas do Tesouro Nacional -B	3.981.307	3.578.638	988.922
Notas do Tesouro Nacional -C	1.620.621	1.285.682	114.883
Notas do Tesouro Nacional -F	156.859	156.728	87.552
Letras do Tesouro Nacional			27.828
Letras Financeiras do Tesouro	25.079	25.088	371.486
	5.783.866	5.046.136	1.590.671
Títulos privados			
Certificado de Depósito Bancário - CDB	68.926	63.222	1.120.639
Debêntures	645.109	615.926	241.726
Operações compromissadas	31.798	31.798	335.628
Letra Financeira Subordinada	61.903	56.370	44.081
	807.736	767.316	1.742.074
	6.591.602	5.813.452	3.332.745
Por prazo de vencimento			
A vencer em 360 dias (2010)	195.093	195.917	1.374.213
A vencer entre 361 e 1.080 dias (2011/2012)	285.630	279.470	584.182
A vencer a partir de 1.081 dias (2013 em diante)	6.110.879	5.338.065	1.374.350
Total	6.591.602	5.813.452	3.332.745
Total			9.146.197
CDB/LTN Fundo Rauta (i)			(18.102)
NTNC - garantia			(9.082)
Caixa/provisões fundos			(148)
			9.118.865

(i) Estes títulos compõem a carteira do fundo exclusivo Rauta que contabilmente está classificado como de renda variável.

(ii) A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia tem capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", estando assim em conformidade com o artigo 9º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002.

Em dezembro de 2011 houve reclassificação de títulos. Os seguintes títulos foram reclassificados de "vencimento" para "negociação":

FIM SAFIRA CRÉDITO PRIVADO

AMPL43

Quantidade: 19.994
Data da compra: 05/11/2010
Vencimento: 15/10/2015
Taxa: 7,67% a.a
Valor Atual: R\$ 23.155.393,39

CBAN11

Quantidade: 1.456
Data da compra: 30/07/2010
Vencimento: 15/01/2022
Taxa: 9,57% a.a
Valor Atual: R\$ 20.508.404,45

CBAN21

Quantidade: 1.456
Data da compra: 30/07/2010
Vencimento: 15/07/2022
Taxa: 9,57% a.a
Valor Atual: R\$ 18.835.638,56

CDB ITAU

Quantidade: 20.000
Data da compra: 08/03/2010
Vencimento: 08/03/2016
Taxa: 7,33% a.a
Valor Atual: R\$ 25.912.944,25

CDB - VOTORANTIM

Quantidade: 20.000
Data da compra: 19/05/2010
Vencimento: 19/05/2012
Taxa: 7,25% a.a
Valor Atual: R\$ 24.714.933,37

CMTR22

Quantidade: 1.175
Data da compra: 10/03/2010
Vencimento: 15/01/2015
Taxa: 7,68% a.a
Valor Atual: R\$ 14.707.326,51

IVPR11

Quantidade: 30
Data da compra: 15/03/2010
Vencimento: 15/03/2020
Taxa: 9,75% a.a
Valor Atual: R\$ 18.561.140,99

LF - VOTORANTIM

Quantidade: 40
Data da compra: 16/08/2011
Vencimento: 16/08/2017
Taxa: 7,76% a.a
Valor Atual: R\$ 44.080.788,57

As reclassificações supracitadas foram motivadas pela maior transparência dos preços de títulos privados em

mercado, não representando mais um risco de distorções para a rentabilidade da carteira. Adicionalmente foi entendido que a precificação utilizando dados de mercado atende melhor a nova política de investimentos dos planos. Este fundo está alocado nos planos FCA, Vale Mais e Valiaprev. Tais reclassificações aumentaram o superávit do exercício dos referidos planos em R\$ 9.700.

FIM KANSAS CRÉDITO PRIVADO

AMPL14

Quantidade: 22
Data da compra: 05/01/2009
Vencimento: 01/08/2012
Taxa: 0,85% a.a
Valor Atual: R\$ 115.447,32

AMPL14

Quantidade: 171
Data da compra: 05/01/2009
Vencimento: 01/08/2012
Taxa: 0,85% a.a
Valor Atual: R\$ 897.340,55

AMPL14

Quantidade: 1.307
Data da compra: 05/01/2009
Vencimento: 01/08/2012
Taxa: 0,85% a.a
Valor Atual: R\$ 6.858.620,46

CVRD27

Quantidade: 57
Data da compra: 05/01/2009
Vencimento: 20/11/2013
Taxa: 0,25% a.a
Valor Atual: R\$ 574.744,18

CVRD27

Quantidade: 480
Data da compra: 05/01/2009
Vencimento: 20/11/2013
Taxa: 0,25% a.a
Valor Atual: R\$ 4.839.950,95

CVRD27

Quantidade: 869
Data da compra: 19/12/2006
Vencimento: 20/11/2013
Taxa: 0,25% a.a
Valor Atual: R\$ 8.762.327,87

CVRD27

Quantidade: 2.500
Data da compra: 05/01/2009
Vencimento: 20/11/2013
Taxa: 0,25% a.a
Valor Atual: R\$ 25.208.077,88

LFT

Quantidade: 67
Data da compra: 05/01/2009
Vencimento: 07/03/2014
Taxa: 0,000061% a.a
Valor Atual: R\$ 336.394,66

LFT

Quantidade: 141
Data da compra: 05/01/2009
Vencimento: 07/06/2013
Taxa: 0,00001% a.a
Valor Atual: R\$ 707.914,49

LFT

Quantidade: 550
Data da compra: 05/01/2009
Vencimento: 07/03/2014
Taxa: -0,018808% a.a
Valor Atual: R\$ 2.761.448,67

LFT
 Quantidade: 1.322
 Data da compra: 05/01/2009
 Vencimento: 07/06/2013
 Taxa: 0,00001% a.a
 Valor Atual: R\$ 6.637.325,97

LFT
 Quantidade: 3.246
 Data da compra: 05/03/2008
 Vencimento: 07/03/2014
 Taxa: -0,021001% a.a
 Valor Atual: R\$ 16.297.567,99

LFT
 Quantidade: 4.378
 Data da compra: 05/01/2009
 Vencimento: 07/03/2014
 Taxa: -0,018808% a.a
 Valor Atual: R\$ 21.981.131,44

LFT
 Quantidade: 10.537
 Data da compra: 05/01/2009
 Vencimento: 07/06/2013
 Taxa: 0,000010% a.a
 Valor Atual: R\$ 52.902.801,64

NTN-F
 Quantidade: 11.000
 Data da compra: 13/03/2009
 Vencimento: 01/01/2017
 Taxa: 12,45% a.a
 Valor Atual: R\$ 11.104.851,99

NTN-F
 Quantidade: 23.000
 Data da compra: 20/02/2009
 Vencimento: 01/01/2017
 Taxa: 13,13% a.a
 Valor Atual: R\$ 23.219.235,98

NTN-F
 Quantidade: 23.000
 Data da compra: 06/03/2009
 Vencimento: 01/01/2017
 Taxa: 12,85% a.a
 Valor Atual: R\$ 23.219.235,98

PALF13
 Quantidade: 15
 Data da compra: 05/01/2009
 Vencimento: 01/12/2013
 Taxa: 104,4% do CDI
 Valor Atual: R\$ 100.238,35

PALF13
 Quantidade: 114
 Data da compra: 05/01/2009
 Vencimento: 01/12/2013
 Taxa: 104,4% do CDI
 Valor Atual: R\$ 761.811,48

PALF13
 Quantidade: 871
 Data da compra: 05/01/2009
 Vencimento: 01/12/2013
 Taxa: 104,4% do CDI
 Valor Atual: R\$ 5.820.507,04

SBSP1A
 Quantidade: 30.000
 Data da compra: 30/04/2010
 Vencimento: 01/03/2015
 Taxa: 1,95% a.a
 Valor Atual: R\$ 31.615.351,77

TLNL21
 Quantidade: 10
 Data da compra: 05/01/2009
 Vencimento: 01/03/2013
 Taxa: 0,55% a.a
 Valor Atual: R\$ 103.288,99

TLNL21
 Quantidade: 16
 Data da compra: 05/01/2009
 Vencimento: 01/03/2013
 Taxa: 0,55% a.a
 Valor Atual: R\$ 165.262,39

TLNL21
 Quantidade: 1.107
 Data da compra: 27/03/2006
 Vencimento: 01/03/2013
 Taxa: 0,55% a.a
 Valor Atual: R\$ 11.434.091,44

TLNL21
 Quantidade: 1.833
 Data da compra: 05/01/2009
 Vencimento: 01/03/2013
 Taxa: 0,55% a.a
 Valor Atual: R\$ 18.932.872,28

As reclassificações supracitadas foram motivadas pela maior transparência dos preços de títulos privados em mercado, não representando mais um risco de distorções para a rentabilidade da carteira. Adicionalmente foi entendido que a precificação utilizando dados de mercado atende melhor a nova política de investimentos dos planos. Este fundo está alocado nos seguintes planos: Benefício Definido, FCA, Vale Mais e Valiaprev e PGA. Tais reclassificações aumentaram o superávit do exercício dos referidos planos e no PGA em R\$ 3.380.

PLANO BD

NTN-B
 Quantidade: 22.815
 Data da compra: 14/01/2009
 Vencimento: 15/05/2045
 Taxa: 7,05% a.a
 Valor Atual: R\$ 51.884.178,58

NTN-B
 Quantidade: 25.047
 Data da compra: 16/04/2009
 Vencimento: 15/05/2045
 Taxa: 7,05% a.a
 Valor Atual: R\$ 56.960.027,21

NTN-B
 Quantidade: 28.800
 Data da compra: 08/07/2008
 Vencimento: 15/05/2035
 Taxa: 7,02% a.a
 Valor Atual: R\$ 64.887.604,07

NTN-B
 Quantidade: 40.230
 Data da compra: 13/08/2008
 Vencimento: 15/05/2045
 Taxa: 6,99% a.a
 Valor Atual: R\$ 91.488.078,20

NTN-B

Quantidade: 38.133
 Data da compra: 22/08/2007
 Vencimento: 15/05/2035
 Taxa: 7,13% a.a
 Valor Atual: R\$ 85.915.243,26

NTN-B

Quantidade: 45.285
 Data da compra: 14/08/2008
 Vencimento: 15/05/2045
 Taxa: 6,99% a.a
 Valor Atual: R\$ 102.983.783,77

NTN-C

Quantidade: 32.927
 Data da compra: 02/05/2003
 Vencimento: 01/04/2021
 Taxa: 10,23% a.a
 Valor Atual: R\$ 88.120.936,37

NTN-B

Quantidade: 6.793
 Data da compra: 14/08/2008
 Vencimento: 15/05/2045
 Taxa: 6,99% a.a
 Valor Atual: R\$ 15.448.136,10

NTN-B

Quantidade: 30.850
 Data da compra: 15/04/2009
 Vencimento: 15/05/2045
 Taxa: 7,05% a.a
 Valor Atual: R\$ 70.156.778,83

NTN-C

Quantidade: 10.000
 Data da compra: 02/05/2003
 Vencimento: 01/04/2021
 Taxa: 10,23% a.a
 Valor Atual: R\$ 26.762.515,98

As reclassificações supracitadas foram motivadas pela aceleração da distribuição do superávit acumulado no Plano BD, em processo de aprovação pela PREVIC, e pela necessidade de adequação de sua política de investimentos. Tais reclassificações aumentaram o superávit do exercício do Plano BD em R\$ 103.751.

As reclassificações supracitadas foram motivadas pela necessidade de adequação da política de investimentos do plano Vale Mais. Tais reclassificações aumentaram o superávit do exercício do plano Vale Mais em R\$ 32.157.

Em atendimento ao artigo 2º da Resolução CGPC nº 22 de 25 de setembro de 2006, as ações da Ferrovia Centro Atlântico - FCA, no montante de R\$ 154.247, têm seus valores baseados nos contratos das operações e as ações da GTD, no montante de R\$ 1.194, está registrada pelo valor patrimonial. Os referidos títulos estão registrados no grupo de renda variável. Essas ações não foram negociadas em Bolsa de Valores ou em Mercado de Balcão organizado, por período superior a seis meses.

As ações da Clep (*Project Finance*) registradas no grupo de renda variável, no montante de R\$ 13.498, foram negociadas em dezembro de 2009, através de contrato de exercício de opção de compra de ações. Esta operação gerou um contas a receber na Fundação, o qual a liquidação será em 5 anos através de pagamentos semestrais. Os rendimentos serão apropriados em conta de resultado mensalmente.

PLANO VALE MAIS

NTN-B

Quantidade: 2.535
 Data da compra: 14/01/2009
 Vencimento: 15/05/2045
 Taxa: 7,05% a.a
 Valor Atual: R\$ 5.764.908,73

NTN-B

Quantidade: 2.567
 Data da compra: 22/08/2007
 Vencimento: 15/05/2035
 Taxa: 7,13% a.a
 Valor Atual: R\$ 5.783.558,32

NTN-B

Quantidade: 3.200
 Data da compra: 13/02/2008
 Vencimento: 15/05/2035
 Taxa: 6,69% a.a
 Valor Atual: R\$ 7.209.733,79

NTN-B

Quantidade: 4.470
 Data da compra: 13/08/2008
 Vencimento: 15/05/2045
 Taxa: 6,99% a.a
 Valor Atual: R\$ 10.165.342,02

NTN-B

Quantidade: 6.180
 Data da compra: 14/05/2008
 Vencimento: 15/05/2045
 Taxa: 6,70% a.a
 Valor Atual: R\$ 14.054.097,02

NTN-B

Quantidade: 6.315
 Data da compra: 08/07/2008
 Vencimento: 15/05/2045
 Taxa: 6,84% a.a
 Valor Atual: R\$ 14.361.104,00

4.1.1 Outros realizáveis - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Refere-se ao valor a receber decorrente de ação judicial transitada em julgado patrocinada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de

abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, em decorrência da substituição do índice de preços ao consumidor - IPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo Bônus do Tesouro Nacional - BTN.

O FND foi criado em julho de 1986, com o objetivo de prover recursos para realização, pela União, de investimentos de capital necessários à dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

O Fundo foi autorizado a emitir quotas e obrigações para captar recursos, denominadas OFND's, com aquisição compulsória pelos fundos de pensão patrocinados por empresas do setor público, mediante utilização de 30% de suas reservas técnicas.

A ABRAPP obteve decisão transitada em julgado em 24 de setembro de 2008 no Tribunal Regional Federal da 2ª região. Após esta decisão, a ABRAPP aguardou o decurso do prazo de dois anos para ação rescisória e, no exercício de 2010, orientou as suas associadas participantes do processo a efetuar a apuração dos valores a receber corrigidos monetariamente para dar início a ação de execução.

Nesse contexto, a Valia contratou um perito para mensurar o valor atualizado da ação. O cálculo foi revisado e aprovado

pela administração. Desta forma, a Entidade, apoiada pela avaliação de consultores jurídicos externos, efetuou o registro do valor a receber decorrente desse processo no decorrer do exercício de 2010 em função de se tratar de uma ação com o mérito transitado em julgado e por ter uma mensuração confiável do valor atualizado da ação utilizando índices legais e disponíveis no mercado.

No entanto, em 14 de outubro de 2011, através do ofício nº4707/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, a Valia, assim como as demais entidades que efetuaram o registro contábil relativa à referida ação judicial, recebeu determinação do órgão fiscalizador, no intuito de promover a reversão dos valores contabilizados. Tal determinação deu-se sob a justificativa de que enquanto não houvesse manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, não deveria prevalecer o referido registro contábil.

Esta reversão (R\$ 144.883) foi realizada em dezembro de 2011.

Apesar de realizada a reversão, em obediência à determinação da PREVIC, continuam válidos todos os pressupostos que deram origem à decisão anterior. Oportunamente, tão logo sejam atendidos os requisitos apontados pelo órgão fiscalizador, os valores serão novamente contabilizados.

5 Reavaliação dos imóveis

Anualmente, a Fundação realiza a reavaliação da sua carteira imobiliária de acordo com as normas estabelecidas pela PREVIC. A Fundação procedeu à reavaliação da carteira imobiliária do exercício em julho de 2011. A reavaliação foi realizada pela Berg Consultoria Imobiliária Ltda., cujo parecer foi emitido pelo engenheiro civil Bernardo Rosenberg - CREA 30.555-D-RJ e pelo Instituto Urbano Métrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda., cujo parecer foi emitido pelo engenheiro civil Mauro de Souza Gomes - CREA 1984106673-D-RJ. A reavaliação do exercício de 2010 foi realizada pela Analítica - Engenharia de Avaliações Ltda., cujo parecer foi emitido pelo engenheiro civil Paulo Roberto Furtado Junger - CREA 46.053-D-RJ.

No exercício de 2011 e de 2010 foi adotado o método comparativo de dados de mercado, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Os aumentos nos resultados dos exercícios foram de R\$ 109.220 em 2011 (R\$ 46.060 - 2010), conforme detalhado a seguir:

Aumento no resultado do exercício		
Imóvel	2011	2010
Imóveis de uso próprio	2.542	1.483
Imóvel locado às patrocinadoras	21.202	12.946
Locadas a terceiros	85.476	31.631
	109.220	46.060

6 Provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa

Em conformidade com o Item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Fundação constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para fazer face à eventual inadimplência da carteira de empréstimos e da carteira de investimentos imobiliários. No que tange a carteira de empréstimos, o valor da provisão é de R\$ 40.215 em 30 de dezembro de 2011 (R\$ 51.078 - 2010). Com relação à inadimplência referente aos aluguéis e outros direitos a receber da carteira imobiliária, a provisão é de R\$ 12.534 em 30 de dezembro de 2011 (R\$ 12.468 - 2010).

7 Realizável da gestão administrativa

Registra-se nessa rubrica os adiantamentos concedidos aos funcionários (13º salário, salários, férias) e outros, que serão regularizados futuramente.

8 Ativo permanente

A Valia realizou o inventário físico dos bens do ativo permanente compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, em consonância com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

9 Custeio administrativo

A rubrica Custeio Administrativo, nos grupos gestão previdencial e de investimentos, representa os recursos transferidos a gestão administrativa para a cobertura dos custos administrativos daquelas gestões.

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, CGPC nº 29, de 31

de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

O critério de rateio entre os planos de benefícios é feito tomando por base a massa de participantes de cada plano de benefícios em relação ao custo total das despesas administrativas.

No que tange ao rateio por gestão (Previdencial e Investimentos), este é realizado em função dos centros de custos específicos.

10 Exigível contingencial

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da entidade. A Valia adota como critério para o registro dessas contingências provisionar somente as ações consideradas, pelo advogado, como perda provável e com decisão judicial em segundo grau.

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos conforme detalhamento a seguir.

Os processos de natureza previdencial são basicamente ações de ex-participantes que estão pleiteando as diferenças decorrentes de atualização monetária de suas reservas de poupança e de participantes que estão pleiteando equivalência dos benefícios ao salário mínimo (artigo 58 do Ato Declaratório das Disposições Constitucionais Transitórias), bem como ganhos reais. Em 2011, houve um acréscimo de R\$ 307.282 na provisão.

Os processos de natureza administrativa referem-se a ações reclamationárias promovidas por ex-empregados da Fundação.

Quanto aos processos do programa de investimentos, estes são decorrentes de ações relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão de Bens Intervenivos (ITBI), movidos contra a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Segue abaixo a composição das contingências em 31 de dezembro:

	2011	2010
Programas		
Previdencial	869.612	518.535
Administrativo	568	372
Investimentos	3.061	2.326
	873.241	521.233

Conforme Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências passaram a ser registrados nas rubricas do ativo.

11 Exigível atuarial

As provisões matemáticas consignadas nos balanços de 2010 e 2011 referem-se à avaliação atuarial realizada pelos atuários externos independentes: VMC Consultoria Atuarial, Bhering - Consultoria e Projetos Ltda. e Mercer Human Resource Consulting. Conforme parecer atuarial as hipóteses e métodos utilizados na avaliação são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18 de 25 de março de 2005, ou seja, respeitam a legislação vigente, as características da massa de participantes e os regulamentos dos planos.

Benefício concedido

Em relação ao Plano BD, essa provisão consiste na diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Valia em relação aos assistidos em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas à Valia para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos dos demais planos estão representadas por: (i) o valor atual dos compromissos com o pagamento dos benefícios de aposentadoria, incapacidade, benefício por morte e benefício proporcional diferido aos participantes já assistidos em renda mensal vitalícia e de seus beneficiários; e (ii) pelo saldo de conta remanescente para os demais participantes assistidos.

Benefício a conceder

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores e por estes participantes.

No caso dos demais planos, representam o saldo de contas previdenciárias dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, acrescido do total do saldo da conta de contribuição destinada ao financiamento do saldo da conta projetada, para os casos de incapacidade ou morte em atividade e, ainda, do resíduo do saldo de conta que estiver sendo pago na forma de resgate parcelado.

A seguir descrevemos as hipóteses utilizadas para a avaliação de 2011:

Plano de Benefício Definido

- Tábua de mortalidade - AT-83.
- Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
- Taxa de juros anual - 6% a.a.
- Nível de inflação anual - 3% a.a.
- Crescimento salarial - 3% a.a. para os participantes até 47 anos.

Plano Vale Mais

Subplano benefício proporcional

- Tábua de mortalidade - AT-83.
- Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
- Taxa de juros anual - 6% a.a.
- Nível de inflação anual - 3% a.a. para os benefícios já concedidos.

Subplano risco

- Tábua de mortalidade - AT-83.
- Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
- Taxa de juros anual - 6% a.a.
- Nível de inflação anual - 3% a.a.
- Rotatividade - 3% a.a. para os participantes até 47 anos.
- Crescimento salarial - 3% a.a. para os participantes até 47 anos.

Subplano renda

- Tábua de mortalidade - AT-83.
- Taxa de juros anual - 6% a.a.
- Nível de inflação anual - 3% a.a. para os benefícios vitalícios já concedidos.

Plano FCA

Subplano risco

- Tábua de mortalidade - AT-83.
- Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
- Taxa de juros anual - 6% a.a.

Subplano renda

- Tábua de mortalidade - AT-83.
- Taxa de juros anual - 6% a.a.

Plano Valiaprev

Subplano risco

- Tábua de mortalidade - AT-83.
- Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
- Taxa de juros anual - 6% a.a.

Subplano renda

- Tábua de mortalidade - AT-83.
- Taxa de juros anual - 6% a.a.

Plano CENIBRA

- Tábua de mortalidade - AT-83, desagravada em 10 anos.
- Taxa de juros anual - 6% a.a.

Em decorrência das premissas anteriores, o impacto no resultado da gestão previdencial - constituições/ reversões de provisões atuariais estão demonstrados abaixo:

Composição das reservas matemáticas (passivo atuarial) é:

	2011	2010
Benefícios concedidos		
Contribuição Definida	75.097	56.097
Benefício Definido	7.156.551	6.728.358
	7.231.648	6.784.455
Benefícios a conceder		
Contribuição Definida	1.477.808	1.199.820
Saldo de conta - parcela patrocinador(es) / instituidor(es)	599.341	484.107
Saldo de conta - parcela participantes	878.467	715.713
Benefício Definido	419.192	365.320
	1.897.000	1.565.140
	9.128.648	8.349.595

Em decorrência das premissas anteriores, o impacto no resultado da gestão previdencial - constituições/reversões de proviões atuariais estão demonstrados abaixo:

	Benefícios concedidos	Benefícios a conceder	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.069.615	1.298.196	7.367.811
Apropriação ao resultado	714.840	266.944	981.784
Saldos em 31 de dezembro de 2010	6.784.455	1.565.140	8.349.595
Apropriação ao resultado	447.193	331.860	779.053
Saldos em 31 de dezembro de 2011	7.231.648	1.897.000	9.128.648

12 Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço os seguintes fundos:

Fundo Previdencial - Os saldos apresentados no balanço de 2011 referem-se aos Fundos para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses; Fundo Valesul; Fundo Cenibra e Fundo de distribuição de Superávit calculados pelos atuários, no valor de R\$ 1.438.859 (R\$ 1.612.022 em 2010).

Fundo Administrativo - Este fundo é constituído em função do resultado positivo obtido por meio da apuração de receitas e despesas da Gestão Administrativa. Este fundo tem por finalidade garantir a manutenção da estrutura administrativa.

Fundo de Investimento - Foi constituído para fazer face à possível inadimplência dos contratos de mútuo (empréstimos).

O saldo deste fundo é remunerado por meio da rentabilidade dos investimentos auferida mensalmente.

As mutações estão demonstradas como segue:

	Gestão previdencial	Gestão administrativo	Gestão Investimentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.802.846	114.624	6.637	1.924.107
Formação/(reversão) de fundos	(190.824)	31.286	(6.637)	(166.175)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.612.022	145.910		1.757.932
Formação/(reversão) de fundos	(173.163)	25.869	2.438	(144.856)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.438.859	171.779	2.438	1.613.076

13 Distribuição de superávit

Em março de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, considerando as adaptações ao disposto na Resolução CGPC nº 26/2008 e Instrução SPC nº 28/2008, que estabeleceram a permanência do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de cada ano. Este critério perdurará enquanto existirem recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

Após a publicação, em novembro de 2010, da aprovação regulamentar pela PREVIC, adicionalmente ao pagamento supracitado, no mês de junho de cada exercício, em caráter extraordinário e transitório, enquanto perdurar o Fundo de Distribuição do Superávit, será pago um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)".

Em 2011, na forma do regulamento do Plano de Benefício Definido, foi realizado o pagamento do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de 2011. Adicionalmente a este pagamento, no mês de junho, em caráter extraordinário e transitório, foi pago um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)". Estes critérios perdurarão enquanto existirem recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

Na avaliação atuarial do exercício de 2011, realizada pelo consultor atuarial externo, também foi processado, para fins de análise, estudo atuarial utilizando as hipóteses mínimas estabelecidas no artigo 9 da Resolução CGPC nº 26/2008. Considerando essas premissas, a referida avaliação, atuarial projetada para dezembro de 2011, indica a possibilidade da Constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano de R\$490.000.

* * *



Eustaquio Coelho Lott
Diretor Superintendente
CPF: 042.004.896-00



Mauricio da Rocha Wanderley
Diretor de Investimentos e Finanças
CPF: 001.911.777-92



Maria Elisabete Silveira Teixeira
Diretora de Seguridade
CPF: 860.851.237-87



Fernanda Alves Gouvêa
Contadora - CRC-RJ 105.083/O-0
CPF: 088.660.857-07

COMENTÁRIOS SOBRE RENTABILIDADE

PLANO BD

O cenário externo se manteve desafiador em 2011 e os principais temas foram a crise fiscal na Zona do Euro e a desaceleração do crescimento mundial. A Europa manteve o foco na redução dos déficits fiscais no curto prazo e no alinhamento das políticas fiscais no longo prazo, no fortalecimento dos instrumentos de apoio financeiro aos países vulneráveis e, na elevação da capitalização dos bancos e oferta de linhas de financiamento para as instituições financeiras. Já os EUA apresentaram índices de atividades positivos no último semestre de 2011, entretanto permaneceram com o ritmo de crescimento comprometido principalmente pelo endividamento das famílias e pelas altas taxas de desemprego.

No Brasil, o Banco Central buscou se antecipar aos efeitos da crise global e iniciou a trajetória de redução da taxa básica de juros em agosto, além de reverter algumas medidas macroprudenciais tomadas em 2010. Apesar disso, o 3º trimestre registrou retração da atividade econômica de 0,1, fechando o ano com expansão de 2,7%. O mercado de trabalho, entretanto, permaneceu aquecido com taxas de desemprego reduzidas ao longo do período, sendo isso determinante para manter o consumo em patamar elevado. Já a inflação, medida pelo IPCA, registrou alta de 6,5% no ano, sendo essa aceleração explicada, principalmente, pelo aumento do nível de emprego e do poder de compra da população brasileira.

Diante deste cenário, o Plano BD acumulou ao final de 2011 um retorno de 10,71%, contra uma meta atuarial medida pelo INPC + 6% a.a. de 12,44%. O resultado consolidado do plano foi impactado pelo fraco desempenho do segmento de Renda Variável que, apesar de apresentar um retorno superior ao Ibovespa em cerca de 23%, acumulou no ano

5,05% de rendimento. Este desempenho acima do índice deve-se principalmente à rentabilidade advinda da carteira estratégica de ações, com destaque para o desempenho de empresas como *BRFoods*, *BR Malls*, *Abril Educação* e *JHSF*.

O segmento de Renda Fixa acumulou no ano retorno de 15,33%, superando com folga tanto o CDI, que acumulou no período retorno de 11,60%, quanto à meta atuarial medida pelo INPC+6%, que apresentou retorno de 12,44% no ano. A carteira foi beneficiada, principalmente, pelo retorno da carteira composta por títulos atrelados aos índices de preços, dada a pressão inflacionária verificada no período, com destaque para a porção atrelada ao índice IPCA.

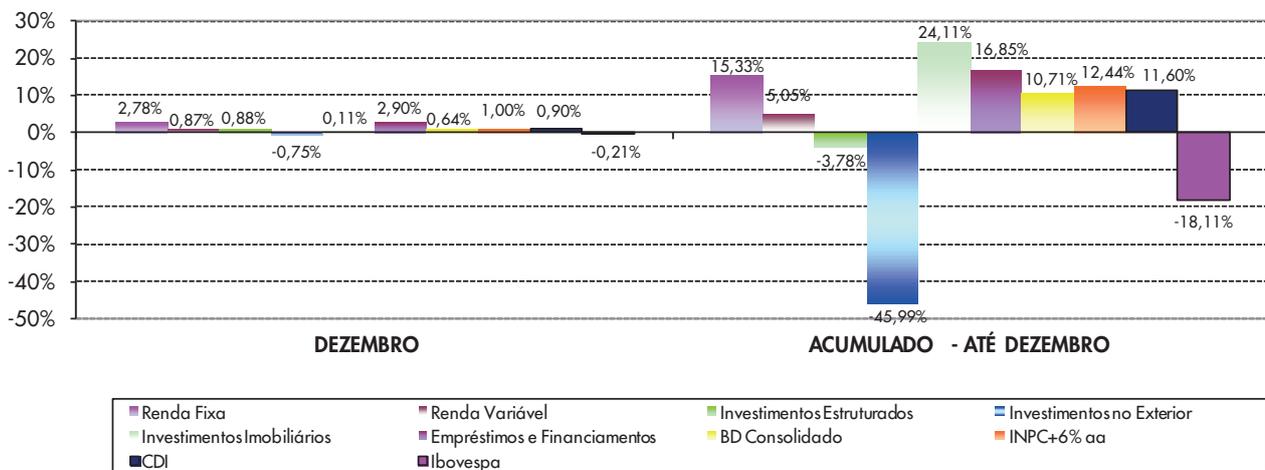
Já o segmento de Investimentos Estruturados, que engloba os investimentos em fundos de participações e imobiliários, apresentou retorno de -3,78%, condizente com o período inicial de investimentos uma vez que os expressivos retornos esperados para este segmento concretizam-se no longo prazo, após o período de maturação dos fundos. Da mesma forma, o segmento de investimentos no exterior, composto apenas por BDRs (*Brazilian Depositary Receipts*) da empresa GP Investimentos, apresentou retorno negativo no ano de -45,99%, acompanhando o fraco desempenho da bolsa no ano.

A Carteira Imobiliária em 2011, considerando os imóveis em construção, acumulou rentabilidade nominal de 24,11%. Os ativos imobiliários que compõem a Carteira absorveram uma valorização patrimonial expressiva, precificando um contínuo movimento positivo do mercado. A taxa de vacância da Carteira fechou o ano no patamar de 2%.

Já a Carteira de Empréstimos apresentou retorno nominal no ano de 16,85%, superando a meta atuarial.



Demonstrativo de Investimento - Plano BD 2011



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2012

O presente documento visa estabelecer as diretrizes de investimento plurianual que a Valia adotará com foco para o ano de 2012, revisando as premissas adotadas nos cenários de médio e longo prazo da Fundação. Essas diretrizes têm por referência o cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo (horizonte de 10 anos) e o ALM – *Asset Liability Management* (Gestão de Ativos e Passivos) revisado em novembro de 2009.

Premissas Macroeconômicas para 2012

O cenário internacional permanece com um nível de incerteza elevado principalmente em função da indefinição quanto a soluções relacionadas à crise da dívida soberana de países da Europa com consequente aumento de aversão a risco no sistema financeiro. Ainda que a Europa consiga evitar o pior com medidas concretas para proteger os países mais atingidos pela crise, o crescimento será fraco por um longo período. Os EUA deverão ter o ritmo de crescimento comprometido pelo endividamento das famílias, alto desemprego e empresas pouco otimistas. Adicionalmente, o governo não poderá ampliar os seus gastos a fim de estimular a demanda doméstica. Desta forma, o Federal Reserve deverá manter a política monetária frouxa até meados de 2013. A China sinaliza crescimento em menor ritmo, porém não aponta para um “*hard landing*”. Setores importantes da economia como produção industrial, vendas do comércio varejista e mercado imobiliário indicaram um arrefecimento na tendência de crescimento. No curto prazo, os investimentos em infra-estrutura deverão ser a chave para manter estável o crescimento chinês. Entretanto, o desafio no longo prazo será incentivar o crescimento baseado em consumo doméstico.

Os indicadores mais recentes da economia brasileira mostram uma desaceleração em curso. A adoção de medidas macroprudenciais em dezembro de 2010, visando inibir a expansão do crédito assim como o início do ciclo de aperto monetário, traduzindo no aumento de taxa básica de juros foram alguns dos instrumentos utilizados pelo governo para conter o ritmo

de crescimento da economia frente a um possível descompasso entre oferta e demanda associado à deterioração do cenário de inflação. Dentro deste contexto de arrefecimento, a turbulência que se apresenta no cenário internacional atual tem contribuído para deprimir ainda mais as expectativas de crescimento interno. O efeito moderador da crise sobre a atividade doméstica, já em desaceleração, foi o fator mais relevante para a decisão do Banco Central em mudar o rumo da política monetária e iniciar o ciclo de redução da taxa básica de juros. A inflação, todavia, não cedeu e se manteve em patamar elevado, muito em função à expansão da atividade econômica e, conseqüentemente, ao aumento do nível de emprego e ao poder de compra da população brasileira, refletida nos preços de serviços. A expectativa é que devemos ter taxas de juros reais mais elevadas para a convergência da inflação na meta, entretanto este ciclo de aumento não deverá ocorrer no curto prazo.

As principais premissas assumidas na alocação dos ativos da Valia para o ano de 2012 são as seguintes:

Variável	Indicador	Premissa
Inflação	IGP -M	5,1%
Inflação	IPCA	5,5%
Taxa de Juros	SELIC (Média)	9,8%
Taxa de Juros	SELIC (Final de ano)	9,5%
Atividade Econômica	PIB	3,2%
Câmbio	R\$/US\$	1,65
Bolsa de Valores	Ibovespa *	15%

Fonte: Tendências Relatório de Dez/2011 e Valia (Ibovespa).

Os cenários macroeconômicos de curto e longo prazo para a economia brasileira, que fundamentam esta Política de Investimentos, têm como base os cenários macroeconômicos elaborados pela Valia, pela Tendências Consultoria, pelo *Focus-Bacen* e pelas instituições financeiras. O cenário de longo prazo cobre um horizonte de 10 anos.

1 Macroalocação do Plano de Benefício Definido

A proposta de alocação tem como fundamento o estudo de ALM – Gerenciamento de Ativos e Passivos revisado pela MERCER *Investment Consulting* para a Valia em novembro de 2009.

A alocação dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (RGRT) do Plano Benefício Definido apresenta a seguinte distribuição: 57% no segmento de Renda Fixa; 24% no segmento de Renda Variável; 6% no segmento de Investimentos Estruturados, 1% no segmento de Investimentos no Exterior,

8% no segmento de Imóveis e 4% no segmento de Operações com Participantes.

A rentabilidade esperada da alocação proposta para o ano de 2012 do Plano Benefício Definido é de 14,20% no ano, diante do atuarial esperado – INPC + 6% a.a. – estimado em 11,8% no mesmo período. Deste modo, com a alocação proposta esperamos superar as obrigações atuariais do Plano, além de buscar aumentar o superávit existente.

Segmentos	% RGRT			Modalidades	%RGRT Limite
	Alvo	Inf	Sup		
Renda Fixa	57%	41%	71%	Títulos Públicos Federais	71,0%
				Deb. e Créditos de Instituições Financeiras	71,0%
				FIDC e FICFIDC	20,0%
				Notas Promissórias	20,0%
				CRI	20,0%
				NCE e CCE	5,0%
				CCI e CPR	5,0%
				CDCA e CRA e WA	0,0%
Renda Variável	24%	20%	30%	Ações em Mercado (qualquer Nível BM&FBovespa)	30,0%
				Cotas de Fundos de Índices (Ações)	30,0%
				SPE	20,0%
				Outros	3,0%
Investimentos Estruturados	6%	2%	10%	Fundos de Participações	10,0%
				Fundos Imobiliários	10,0%
				Fundos Multimercados Abertos	10,0%
Investimentos no Exterior	1%	0%	5%	Fundos Off-shore	5,0%
				BDRs	5,0%
Imóveis	8%	5%	8%	Empreendimentos Imobiliários	8,0%
				Imóveis para Aluguel e Renda	8,0%
				Outros Imóveis	8,0%
Operações com Participantes	4%	2%	6%	Empréstimos a participantes e assistidos	6,0%
				Financiamento Imobiliário	6,0%

A metodologia e critérios para avaliação dos riscos (de crédito, de mercado, liquidez, operacional, legal e sistêmico), a política de utilização de instrumentos derivativos e a metodologia para apuração dos ativos financeiros para o Plano BD estão descritos nos itens 3, 4 e 5, respectivamente, deste documento.

1.1 BD Renda Fixa

A meta de rentabilidade do segmento de Renda Fixa do Plano BD é INPC + 6% aa.

A participação de 57% proposta como meta para o segmento de Renda Fixa tem por objetivo a adequação do perfil dos ativos às obrigações atuariais do Plano. Os limites inferiores e superiores da alocação proposta são de 41% e 71%, respectivamente. No segmento de Renda Fixa concentram-se os títulos indexados a IGP-M e IPCA, utilizados para proteção. A participação em outubro/2011 no segmento corresponde a aproximadamente 87% da Renda Fixa e 50% dos RGRT.

Desde 2006, dada a expectativa de queda de juros no médio/longo prazo, aumentamos o percentual de participação de títulos indexados aos índices de inflação de forma a garantir cupons ainda bem confortáveis se comparados a meta atuarial de 6% aa. Conforme cenário da Tendências Consultoria mantém-se a expectativa de redução dos juros no longo prazo, sendo proposto para 2012 manter o limite de 55% dos RGRT para aplicação em títulos indexados à inflação. Quanto à posição de títulos pré-fixados, adotaremos o limite de 5% dos RGRT.

Os demais recursos alocados nesse segmento serão utilizados como liquidez necessária ao cumprimento das obrigações de curto prazo da Fundação e ao aproveitamento das oportunidades de investimento para o próximo ano.

O conjunto de todos os ativos de Renda Fixa, com exceção dos títulos da dívida pública mobiliária federal, deverá respeitar o limite de até 80% dos RGRT, incluindo debêntures, Letras Financeiras, CDBs, dentre outros.

Quadro Resumo Renda Fixa do plano BD

Meta de Rentabilidade da RF	INPC + 6% aa
Limite de Índice de preços sobre os RGRT	55%
Limite para Títulos Pré-Fixados sobre os RGRT	5%

1.2 BD Renda Variável

A meta de rentabilidade do segmento de Renda Variável do Plano BD é o Ibovespa.

A participação de 24% proposta como meta para o segmento de Renda Variável tem por objetivo a adequação do perfil dos ativos às obrigações atuariais do Plano e a expectativa de valorização do índice Ibovespa. Os limites inferiores e superiores da alocação proposta são de 20% e 30%, respectivamente. No segmento de Renda Variável concentram-se as ações mais líquidas negociadas em Bolsa de Valores e as apostas estratégicas da Fundação que seguem expectativa de valorização superior ao índice Ibovespa no longo prazo.

Neste contexto, a gestão no segmento é realizada através da alocação nas Carteiras Institucional e Estratégica. O conceito da Carteira Institucional está baseado em uma gestão ativa própria e terceirizada em relação ao *benchmark* que é o Ibovespa. Já a Carteira Estratégica é segregada em participações diretas em empresas listadas nas quais fazemos parte do Acordo de Acionistas ou Acordo de Votos e posições de longo prazo com participação representativa no capital da companhia ou na carteira do Plano.

O segmento também conta com uma Carteira de gestão passiva em relação ao Ibovespa, atualmente desativada,

denominada Carteira Institucional 2, podendo ser reativada a qualquer tempo, utilizando-se, por exemplo, a compra de *Exchange Traded Fund* (ETFs). Os ETFs são fundos de índice com cotas listadas e negociadas em bolsa, tal como as ações, permitindo a aplicação em carteira diversificada por meio de uma única transação e foram lançados no Brasil no final de 2008.

Vale ressaltar que poderão ocorrer realocações táticas ao longo do ano, levando a aumentos ou reduções do percentual do segmento de Renda Variável dentro dos limites estabelecidos nesta Política. E ainda, estaremos estudando a possibilidade de realizar operações de coinvestimento que participam da modalidade SPE do segmento de Renda Variável.

Desde 2006, a Valia realiza operações de aluguel de algumas de suas ações visando aumentar o retorno do segmento de renda variável. Como a carteira de ações da Valia é de longo prazo, estas operações permitem que a Fundação realize, através do Serviço de Empréstimos de Títulos da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), o aluguel de suas ações para terceiros (escolhidos trimestralmente) mediante pagamento de uma taxa (base anual) acordada entre as partes. A CBLC fica responsável pela liquidação das operações, conciliação de posições e manutenção de garantias, mitigando os riscos de contraparte. Ela assume o papel de Banco de Títulos, assegurando aos proprietários a devolução dos mesmos nas condições pactuadas, inexistindo qualquer vínculo entre os tomadores e os doadores dos ativos em empréstimo.

Para 2012, manteremos nossa estratégia de aumentar o número de operações de aluguel de ações, porém sempre estabelecendo uma análise criteriosa dos papéis a serem disponibilizados para aluguel.

1.3 BD Investimentos Estruturados

A meta de rentabilidade do segmento de Investimentos Estruturados do Plano BD é INPC + 6% aa.

Dentre os investimentos que compõem esse segmento podemos destacar: 1) Fundos de *Venture Capital*¹; 2) Fundos Mezaninos²; 3) Fundos de *Private Equity*³; 4) Fundos Multi-mercado Aberto e 5) Fundos Imobiliários (FIs).

A Valia iniciou em 2007 um novo programa de investimento nesta classe de ativos. O objetivo é diversificar a carteira deste Plano e buscar elevar o retorno de longo prazo diante do cenário de crescimento da economia brasileira. Acreditamos que a queda da taxa de juros de longo prazo e as oportunidades geradas pelo crescimento econômico para as empresas brasileiras contribuirão para o resultado positivo desta classe de ativos. Vimos buscando ao longo desses anos gestores com experiência (*track record*), com capacidade de originar negócios, agregar valor na gestão das empresas, bem como implementar boas práticas de governança nas empresas investidas e também em seus próprios fundos. O foco mantém-se em Fundos Multisetoriais, além daqueles com foco em infraestrutura.

A meta de participação do segmento de Investimentos Estruturados é de 6% dos RGRT deste Plano, sendo os limites inferiores e superiores da alocação proposta de 2% e 10%, respectivamente.

Com a entrada em vigor da Resolução 3.792, houve o deslocamento do Fundo Imobiliário para o segmento de Investimentos Estruturados, sendo que esta modalidade de fundo terá foco secundário de investimento no segmento, com possibilidade de prospecção de fundos com empreendimentos em desenvolvimento voltados ao segmento comercial e/ou industrial.

¹ Os Fundos de *Venture Capital* objetivam o funding para empresas que estão em estágio inicial de desenvolvimento, seja em novos empreendimentos, novos produtos ou serviços, entre outros.

² Os Fundos Mezaninos possuem uma estrutura que visa à capitalização de empresas, geralmente de pequeno e médio portes, através da emissão de título de dívida cuja rentabilidade contempla uma remuneração adicional com base na receita da companhia (*kick off*) ou o direito de conversão de bônus de subscrição em evento de liquidez. Trata-se de um interessante mecanismo de acesso à capitais por parte de pequenas/médias empresas.

³ Os Fundos *Private Equity* são utilizados como veículos para a aquisição de um percentual do capital de uma determinada Companhia, de forma que o Fundo passe a ter uma efetiva influência na definição da política estratégica e da gestão da empresa investida, por meio da participação como membro no Conselho de Administração e da implementação de uma política de governança corporativa.

Abaixo, temos um quadro Resumo dos Investimentos Estruturados do plano BD em outubro/11:

Fundo	Gestor/Administrador
Brasil de Internacionalização	Carlyle/Banco Santander
Brasil de Governança Corporativa	BR Investimentos/BEM DTVM
Neo Capital Mezanino	Neo/Intrag
Infrabrasil	Banco Santander/Banco Santander
Brasil Mezanino Infraestrutura	Darby/Darby Stratus
Governança e Gestão II	Governança e Gestão/Banco Santander
BRZ ALL	BRZ/BEM DTVM
CRP VII	CRP/CRP
Brasil Sustentabilidade	BRZ/BEM DTVM
Sondas	Caixa Econômica/Caixa Econômica

Atualmente o Plano BD tem alocado nesse segmento, entre compromissos de aporte e valores já aportados, R\$ 263 milhões e R\$ 215 milhões, respectivamente.

1.4 BD Investimentos no Exterior

A meta de rentabilidade do segmento de Investimentos no Exterior do Plano BD é INPC + 6% aa.

A Resolução 3.792 criou o segmento de Investimento no Exterior, com limite fixado em 10% dos RGRT. Incluem-se nessa categoria os investimentos em BDRs e Fundos *Off-shore*. Este segmento poderá viabilizar investimentos em setores e indústrias onde não haja ativos disponíveis no mercado de capitais brasileiro, diversificando a carteira de investimentos do plano. Em 2012, a Valia continuará avaliando estruturas de investimento no exterior, em especial, quanto às questões tributárias, seleção de *benchmarks*, risco de contraparte e exposição cambial.

Assim, propõe-se a participação de 1% como meta para o segmento de Investimentos no Exterior, sendo os limites inferiores e superiores da alocação proposta de 0% e 5%, respectivamente.

1.5 BD Imóveis

A alocação em ativos imobiliários definida para este plano atenderá as diretrizes constantes da Resolução 3.792 do CMN. Contudo, os Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) e Fundos de Investimentos em Participações (FIP's) alocados no segmento de Investimentos Estruturados, assim como os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) e os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC's) os quais estão alocados em Renda Fixa, que apresentarem lastro imobiliário, serão considerados para efeito de gestão de portfólio e cálculo de rentabilidade como parte integrante da Carteira Imobiliária.

A meta de alocação será de 8% dos RGRT do plano BD. Tal alocação busca, dentre outros objetivos, proporcionar diversificação dos ativos, aproveitar as boas perspectivas desta classe de ativos no médio prazo e ser "*hedge*" contra a inflação. O limite inferior e superior estabelecidos para o plano serão de 5% e 8%, respectivamente.

A meta de rentabilidade do segmento de Imóveis, considerando a alocação proposta, será de INPC + 7% aa. Para o cálculo da referida rentabilidade não serão considerados os imóveis em fase de desenvolvimento.

Dentre os projetos que poderão ser prospectados para atingirmos a meta de alocação deste plano, estão incluídas aquisições de terrenos destinados, única e exclusivamente à realização de empreendimentos imobiliários ou construção de imóveis para aluguel, renda ou uso próprio, em linha com o estipulado na Resolução 3.792 - Capítulo XI - artigo 53 - item XIV. Todos os produtos de base imobiliária que serão prospectados ou ofertados à Fundação, serão objeto de análise desde que atendam a requisitos de garantias adequadas ao risco e rentabilidade. Oportunidades de desinvestimentos envolvendo ativos da Carteira que se encontram maduros e performados poderão ser exploradas.

A meta quanto à vacância da Carteira Consolidada é alcançarmos patamares inferiores a 5,0%. Vale ressaltar que os principais mercados imobiliários do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, fecharam o 2º trimestre de 2011 com taxa de vacância de 4,2% e 3,0% respectivamente, validando o cenário de mercado aquecido principalmente no que tange às locações⁴.

Quanto à política de gestão, propomos a manutenção dos procedimentos atuais, onde buscamos a obtenção ou permanência de *quorum* qualificado nos empreendimentos, junto com outras Fundações, de modo a permitir uma gestão pró-ativa, com participação em Conselhos e Comitês, objetivando diluir os riscos envolvidos na operação.

Como signatários do PRI a tomada de decisão em investimentos imobiliários incluem critérios de sustentabilidade na prospecção dos mesmos.

1.6 BD Operações com Participantes

A meta de rentabilidade do segmento de Operações com Participantes para 2012 é INPC + 9% aa.

Neste segmento para o ano de 2012, teremos como alvo 4% dos RGRT, 2% como limite inferior e 6% como limite superior.

Ao longo de 2011 foram implementadas uma série de melhorias no sistema de empréstimos (SAE-TOTALPREV) mapeadas ao longo de 2010 após sua entrada em produção. O objetivo foi garantir maior automatização, rastreabilidade e controle

⁴Fonte: Relatório *Market View* do 2º Trimestre 2011 da CB Richard Ellis.

das atividades, principalmente nos processos vinculados a manutenção e fechamento contábil da carteira.

O empréstimo aos participantes apresenta taxas atrativas quando comparadas às oferecidas pelo mercado, enquanto que para a Valia, trata-se de uma modalidade de investimento com rentabilidade histórica acima do atuarial e que atua como proteção do passivo do plano de Benefício Definido. A rentabilidade da carteira atingiu o patamar de 12,90% nominal até outubro/2011.

Mantivemos em 2011 a Política de Cobrança embasada em diferentes visões e ações, como por exemplo, cobrança de mutuários ativos e aposentados com parcelas em atrasado em folha de pagamento, ligações mensais pelo *Call Center* e negativas de mutuários desligados após negociações sem sucesso. A análise de cobrança é pautada por perfil e *aging* (antiguidade da dívida) dos contratos inadimplentes, norteados as ações.

Adicionalmente, mantivemos o fundo de auto-seguro, constituído em 2009, realizando aportes mensais, visando fazer face a eventos incertos ou que independam de atos sob a gestão da Valia, com impacto negativo sobre a rentabilidade da carteira de empréstimos, a ser formado pelos valores arrecadados mensalmente conforme percentual destinado a seguro da taxa de empréstimos, considerando os contratos em carteira. Deste valor total será deduzido o prêmio pago para o seguro prestamista contratado e o valor mensal é acumulado em fundo segregado. O balizador para a constituição do fundo no horizonte de um ano será o valor de itens em aberto na carteira de empréstimos em 31/12 do ano imediatamente anterior e a reversão de valores somente ocorrerá em dezembro, quando será avaliada a rentabilidade anual da carteira e a necessidade de manutenção do fundo vis-à-vis os valores já provisionados e a perspectiva futura de inadimplência com base no cenário da política de investimentos. A utilização do fundo está regulamentada em instrumento normativo interno.

A carteira de empréstimos apresentou crescimento significativo em 2011, ultrapassando o patamar de R\$ 700 milhões em outubro. O crescimento mensal é impulsionado notadamente pela modalidade Pessoal sem Reserva, onde é possível contrair empréstimos de até 10 salários, bem como a possibilidade de múltiplos contratos.

2 Política para Seleção de Investimentos Responsáveis

A importância do tema sustentabilidade para a Valia está no papel da geração de valor aos seus participantes e patrocinadores. A Valia entende que deve buscar contribuir para o fortalecimento da cultura de responsabilidade social na sociedade através da gestão dos investimentos e apoio as iniciativas e aos acordos firmados no sistema de previdência complementar com organizações internacionais.

Quanto à gestão dos investimentos, a Valia possui diferentes critérios para verificar a observância de princípios de responsabilidade socioambiental em cada um dos segmentos de aplicação dos recursos, descritos a seguir. Quanto ao apoio às iniciativas, a Valia participa de ações conjuntas que promovam incentivo, o intercâmbio de conhecimentos e informações entre as entidades.

Para garantir o atendimento aos Princípios do PRI no segmento de renda variável, a Valia elaborou um questionário com 30 perguntas aplicadas às empresas com ações em mercado que abrangem temas ambientais, sociais e de governança corporativa, sendo ele uma versão reduzida do questionário base utilizado pela BM&FBovespa para selecionar as empresas que irão compor o índice ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial).

O questionário foi elaborado de forma a beneficiar empresas que: (1) sejam listadas no Novo Mercado ou no Nível 1 ou no Nível 2; (2) publiquem com clareza e transparência o Balanço Social; (3) possuam políticas claras de não discriminação e políticas afirmativas com relação a mulheres, negros e portadores de deficiência; (4) declarem a não utilização de mão-de-obra infantil e de trabalho compulsório e exijam de seus fornecedores essas mesmas práticas, ou seja, o trabalho decente; (5) sejam certificadas pela SA 8000 e possuam o selo "Empresa Amiga da Criança", da Fundação Abrinq; (6) propiciem condições de igualdade de tratamento (salários, benefícios etc.) entre seus funcionários e os terceirizados; (7) possuam programas de prevenção de poluição, tratamento de resíduos, minimização do uso de recursos naturais e programas de reciclagem; (8) possuam programas que objetivem gerar trabalho e renda para comunidades; (9) possuam programa consistente de investimentos sociais; (10) possuam código de ética estruturado e disseminado pela organização.

As perguntas são respondidas pelos analistas de Renda Variável por meio de informações públicas, ou seja, de livre acesso nos sites das empresas (como balanço social) ou no site da CVM. Para cada empresa avaliada é conferida uma pontuação que nomeamos internamente como índice ESG.

A Valia buscará possuir em sua carteira de ações de mercado, preferencialmente, papéis de empresas que atendam pelo menos 70% das questões levantadas no questionário supra mencionado.

Vale ressaltar que as empresas que fazem parte dos índices DJSI ou ISE estão automaticamente aptas a serem investidas pela Fundação. Para a Carteira de Investimentos Estruturados da Valia, os Estatutos e Regulamentos contêm cláusulas que buscam assegurar o atendimento ao PRI através de compromissos ambientais, sociais e de governança.

Em relação à carteira imobiliária haverá a manutenção de procedimentos já implantados nos condomínios dos edifícios, tais como: coleta seletiva de resíduos; adoção de práticas para o uso consciente de recursos (água e energia); participação em comunidades e associações do entorno dos empreendimentos para a tratativa da sua utilização, segurança e preservação; e ainda, a atualização continuada dos Regulamentos Internos dos empreendimentos visando a adoção de práticas de responsabilidade sócio-ambiental, sustentabilidade e diversidade, extensivas a seus fornecedores.

Os novos empreendimentos adquiridos, *Continental Tower* e *Rio Office Tower*, contam com pré-certificações ambientais *green building AQUA* e *LEED (Leadership in Energy and Environmental Design)*, respectivamente, conferindo a essas edificações comprometimento com a preservação do meio ambiente e atendimento aos princípios do PRI, critério que será mantido para as novas aquisições.

Quanto aos novos Fundos de Investimentos Imobiliários, bem como os FIP's que venham a ser avaliados pela Valia, também fará parte dos procedimentos de análise dar conhecimento dos princípios do PRI e solicitar que sejam incorporadas práticas compatíveis com os mesmos em seus Estatutos e Regulamentos.

As atividades desenvolvidas internamente na Valia de cunho social e ambiental são importantes para a conscientização e par-

ticipação dos empregados quanto ao tema. Contudo, a Valia entende que a incorporação do tema sustentabilidade na estratégia e operação de seu negócio na gestão dos investimentos é o grande diferencial a ser alcançado pela Fundação.

3 Metodologia e Critérios para Avaliação de Risco

3.1 Risco de Mercado

A avaliação do risco de mercado das alocações em renda fixa, bem como a da(s) carteira(s) da Valia de forma geral é feita por empresa de Consultoria especializada contratada. Esta empresa emite semanalmente relatório onde apresenta as maiores exposições aos fatores de risco, bem como aos títulos em si; calcula o VaR, inclusive as contribuições marginais; os fluxos dos ativos, apurando a "duration" de cada título e das carteiras; o diferencial da marcação a mercado (MtM) e marcação a curva de compra (HtM); além de elaborar análise de stress e lista dos ratings de todas as emissões privadas em qualquer um dos veículos de investimento utilizados pela Valia.

No caso dos Fundos cuja gestão é terceirizada, além desta análise semanal está previsto no regulamento de cada um o controle ao risco de mercado. De forma geral é utilizada a metodologia do VaR paramétrico com 95% de confiança para avaliar o risco de mercado incorrido pela Valia. Vale ressaltar, ainda, que o custodiante envia diariamente relatórios de risco específicos para os Fundos de Investimento de renda fixa ou renda variável. Este relatório contém o VaR destes Fundos, as principais contribuições ao risco de mercado e suas contribuições marginais.

Para a avaliação e gestão do risco de mercado dos ativos de renda variável (carteira de ações em mercado), a Valia utiliza metodologia desenvolvida pela empresa MSCI Barra. Esta metodologia permite acompanhar e gerir as carteiras de renda variável focando na sua aderência ao índice de referência (*Tracking-error*). Através deste modelo, também é possível avaliar o valor em risco, ou VaR, pelo modelo paramétrico com nível de confiança de 95%.

3.2 Risco de Liquidez

Conforme descrito em tópico específico desta Política, a Valia gerencia seus ativos de forma a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre estes ativos e o passivo

atuarial e demais obrigações de seus planos de benefício utilizando para isso o modelo de ALM. Este modelo tem como principal idéia a gestão dinâmica dos investimentos, focando-se, primariamente, nos riscos de taxas de juros e na forma como estes riscos impactam os dois lados do balanço contábil, mas avalia também riscos de crédito, de liquidez e de volatilidade de margens de lucro.

As carteiras ótimas geradas pelo modelo obedecem a duas regras de suma importância para a mitigação de riscos:

- Durante o período da janela foco da simulação não pode haver fluxo de caixa negativo, ou seja, o Plano não pode ficar ilíquido em período algum;
- O modelo minimiza a probabilidade de ocorrência de insolvência, ou seja, de que o valor presente do Ativo seja menor do que o valor presente do Passivo em qualquer dos anos.

3.3 Risco Sistêmico

A Valia possui contrato de serviço com a empresa *Risk Office* especializada em sistemas de gestão de risco para mensuração do risco sistêmico, dentre outros. A empresa realiza semanalmente o chamado "Teste de *Stress*" cujo objetivo é avaliar o comportamento da carteira de investimentos da Fundação para grandes mudanças nas variáveis financeiras (como taxas, preços, etc.), a partir da especificação subjetiva de cenários caóticos. O referido cenário de estresse utilizado é divulgado pelo Comitê de Risco da BM&FBovespa. Esse comitê tra-

ça vários cenários e estima o risco de mercado para todos os cenários, escolhendo o pior caso, isto é, aquele associado à maior perda potencial para o participante, como base para a chamada de margem de garantia.

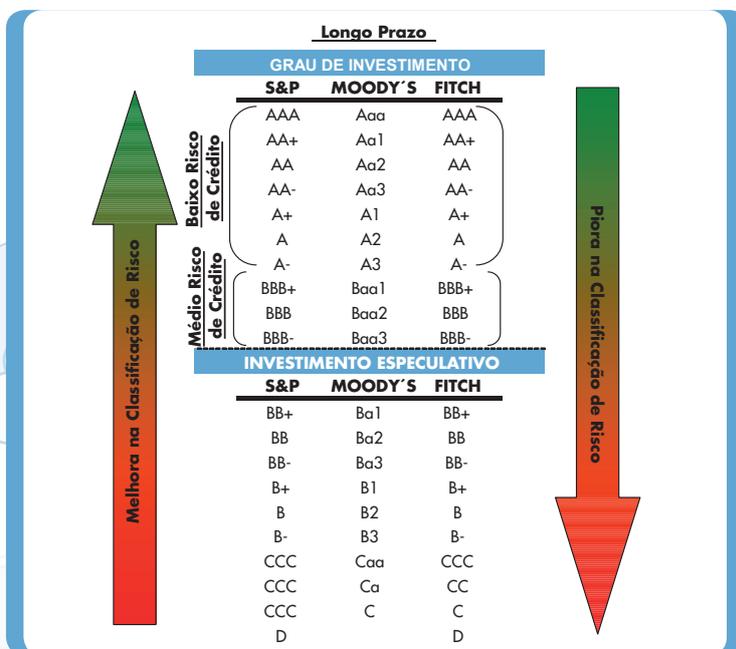
3.4 Risco de Crédito

A metodologia de alocação em emissões bancárias baseia-se no conceito de exposição máxima, tendo como fonte de dados indicadores calculados pela Consultoria *RiskBank*. Esta consultoria, através de uma análise das Demonstrações Contábeis das Instituições Financeiras, avalia a capacidade de pagamento destas Instituições utilizando uma metodologia de "scoring", chegando a notas diferenciadas e crescentes na proporção da qualidade creditícia.

A Valia possui como política alocar recursos em Instituições Financeiras cujo porte seja classificado como Grandes Bancos. Em números, isto significa Ativos Totais superiores a R\$ 20 bilhões.

Quanto à alocação em ativos emitidos por Instituição não financeira, a Valia adota como premissa investir em ativos classificados como baixo risco de crédito, objetivando uma gestão de investimentos conservadora em relação à exposição ao crédito privado, seguindo critérios rígidos, estabelecidos pelos comitês da Valia como utilização de agências classificadoras de risco de crédito e avaliação interna da capacidade de pagamento pela equipe de análise da Fundação.

Quadro de Estrutura de Classificação de *Rating* Local



Abaixo destacamos os limites de alocação e de concentração por emissor:

Limites de Alocação por Emissor

Segmento	Tipo Emissor	Limite % RGRT
Renda Fixa	Instituição Financeira	20%
	Instituição não financeira	10%
	Cia Securitizadora	10%
	FIDC	10%
Renda Variável	SPE	10%
Investimentos Estruturados	FIP e FII	10%
	Patrocinador do Plano	10%

Limites de Concentração por Emissor

Capital Total de uma mesma S.A. ou SPE	25%
Capital Votante de uma mesma S.A.	25%
PL de uma mesma Inst. Financeira	25%
PL de um mesmo Fundo de Índices	25%
PL de um mesmo FIP ou FII	25%
PL separado das emissões de CRI	25%
PL de um mesmo Fundo Off-Shore	25%

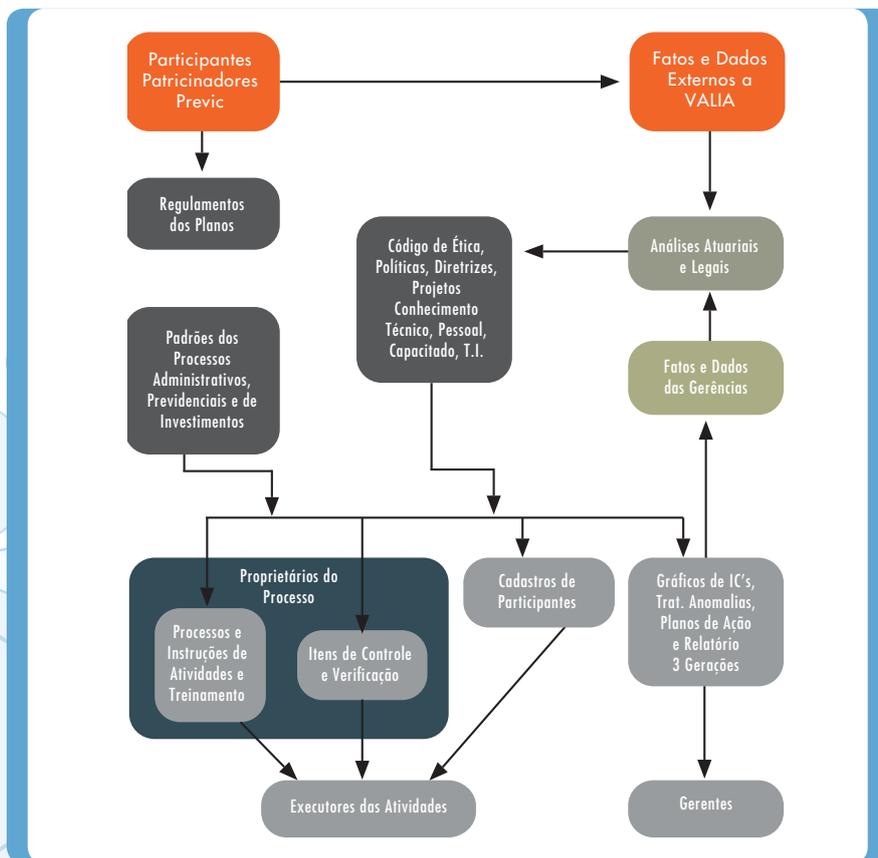
Limites de Concentração por Investimento

Mesma série de Títulos ou Valores Mobiliários	25%
Mesma classe	25%
Mesma série de cotas de FIDC	25%
Mesmo empreendimento Imobiliário	25%

3.5 Risco Operacional

A Valia possui um Sistema de Gestão baseado no mapeamento de todos seus processos, na definição de indicadores de desempenho e na implementação do gerenciamento pelas diretrizes. As atividades de controle estão sob a responsabilidade dos gestores (gerenciamento funcional) e da área de gestão de risco operacional e governança (gerenciamento interfuncional - *Compliance*). Adicionalmente, contratamos junto ao Custodiante o serviço de *Compliance* Ativo, visando reforçar o controle de enquadramento dos investimentos perante a legislação e esta Política de Investimentos. Cabe ressaltar que este serviço é acompanhado e monitorado pela Gerência de Gestão de Risco Operacional e Governança (GAGES).

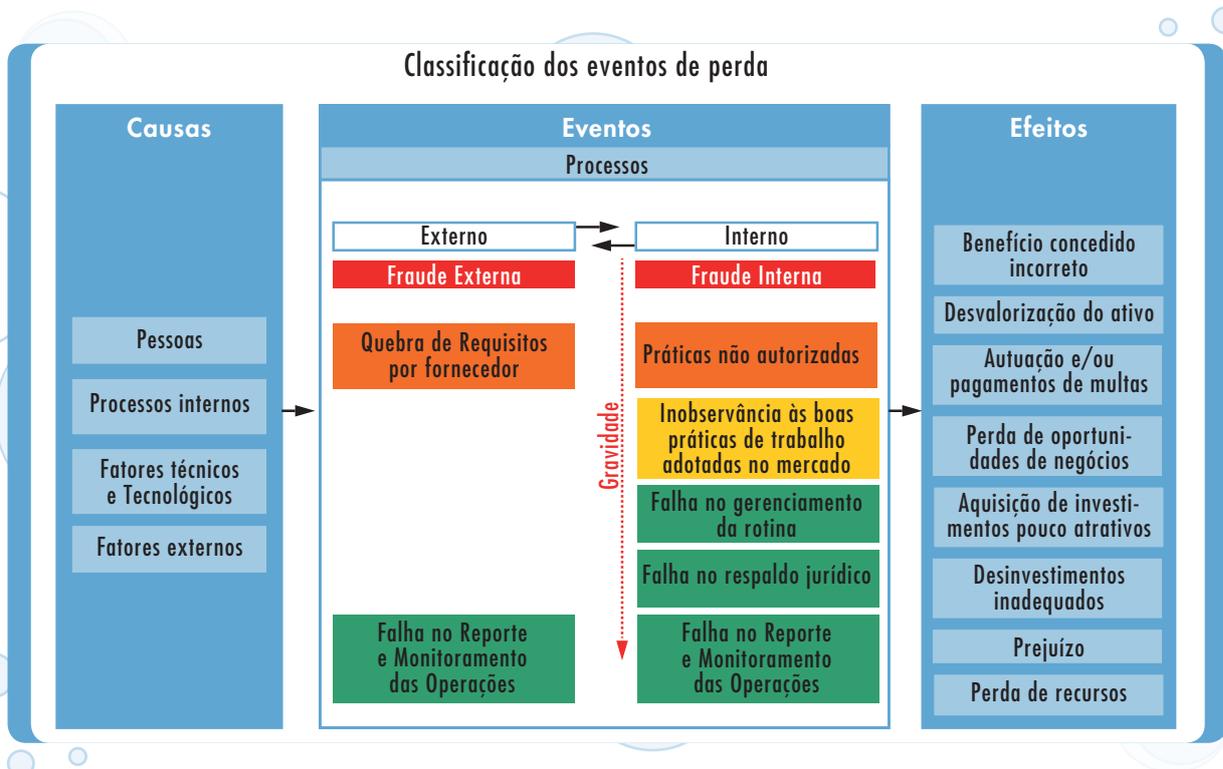
Sistema de Gestão Valia



A Valia implementou seu sistema de Gestão da Qualidade com base no PDCA (*Plan/ Do/ Check/ Action*) nos horizontes de longo, médio e curto prazos, através da execução do Planejamento Estratégico, Gerenciamento pelas Diretrizes e Gerenciamento da Rotina, respectivamente. Vale ressaltar que este sistema é certificado de acordo com a Norma ABNT-ISO: 9001/2008.

No que diz respeito ao enquadramento na legislação vigente a Valia possui um sistema de acompanhamento das obrigações legais denominado "Calendário de Obrigações" no qual cada responsável pela obrigação declara que cumpriu o requisito legal (*Control Self Assessment - CSA*) e a área de gestão de risco operacional e governança da Fundação verifica, por amostragem, a evidência do cumprimento.

Em complemento, foi implementado pela Valia um processo de gerenciamento do Risco Operacional utilizando a metodologia de mensuração de perda esperada que calcula a distribuição de perdas agregadas de acordo com a estimativa de frequência e severidade de um evento. Tal processo utiliza procedimentos numéricos (simulação de Monte Carlo - SMC) com o objetivo de estabelecer a *Loss Distribution Approach* (LDA). Os riscos são classificados de acordo com uma adaptação dos conceitos de Basileia II segundo as seguintes categorias:



O controle dos riscos é realizado pelos próprios gestores utilizando-se de acompanhamentos dos planos de ação de mitigação. O monitoramento é realizado pela GAGES que realiza diagnósticos de controles internos nos processos, avaliando o impacto destes riscos reportando para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

3.6 Risco Legal

O risco legal consiste em conceito amplo, representado como medida da incerteza relativa à regulação (riscos externos) e aos riscos operacionais (internos), com reflexos nos contratos, ações judiciais, tributação, entre outros aspectos, podendo influenciar de forma mais ampla a própria estratégia do negócio. No âmbito externo, como metodologia de mitigação de riscos, podemos citar a análise e o acompanhamento permanente da evolução do cenário legal e a sua divulgação no âmbito da instituição, de modo a subsidiar os planos de ação administrativos, consideradas as repercussões das alterações normativas. No âmbito interno, no que

tange às ações judiciais, o monitoramento adequado por meio de relatórios periódicos para auditoria e Diretoria, contemplando as análises dos advogados sobre as probabilidades de êxito (remota, provável ou possível) são recomendáveis, objetivando subsidiar a decisão administrativa quanto aos provisionamentos. No âmbito contratual, tributário e de processos decisórios, a adoção sistemática de prévias análises jurídicas por meio de pareceres técnicos, consiste em elemento mitigador de risco recomendável. Tais práticas já são adotadas pela Valia.

O gerenciamento do risco legal pressupõe uma abordagem qualitativa, identificando e analisando riscos, avaliando controles, com o objetivo de reduzir as perdas e uma abordagem quantitativa visando mensurar o risco legal para efeito de gestão. Na metodologia, a identificação de riscos legais pressupõe a análise dos riscos potenciais (internos e externos) que poderão impactar nos objetivos da Valia. Na avaliação e mensuração dos riscos legais identificados considerando as análises quantitativas e qualitativas referidas, formam-se subsídios para a tomada de decisão, estratégias de controle e mitigação e planos de ação. No monitoramento do risco legal são adotadas sistemáticas execuções de processo de vigilância e acompanhamento, com o objetivo de verificar se as práticas e os processos existentes e mapeados estão aderentes aos regulamentos internos e à legislação. Neste contexto, se faz a atuação da área de *compliance*, além da atuação jurídica demandada. No controle e mitigação dos riscos operacionais são implementadas ações que tratam da execução de planos e medidas de correção e adequação, quando verificados desvios das práticas e processos em relação ao arcabouço normativo e organizacional, consistindo na adoção de estratégias de melhoria dos processos, com ênfase naqueles cujo impacto financeiro seja relevante à instituição.

4 Política de Uso de Derivativos

A Valia poderá utilizar instrumentos derivativos em suas diversas carteiras do segmento de Renda Fixa e Renda Variável mediante avaliação prévia dos riscos envolvidos e registro das operações em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, com o objetivo de proteger seus investimentos, reduzindo sua exposição ao risco de mercado. Além disso, poderá ser utilizado derivativo para assumir posições direcionais em renda fixa, observados os limites e condições abaixo:

O depósito de margem estará limitado a 15% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento. Além disso, o valor total dos prêmios de opções pagos estará limitado a 5% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores

mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Nas carteiras de Renda Fixa e Renda Variável terceirizadas poderão ser utilizados instrumentos derivativos, sem que gere alavancagem ao fundo e desde que o gestor/administrador cumpra os limites de exposição acima citados e, ainda, se comprometa em regulamento em prestar informações periódicas sobre essas operações, incluindo a descrição da estratégia de alocação, o resultado das operações, dentre outras.

5 Metodologia ou Fontes de Referência Adotadas para Apreçamento dos Ativos Financeiros

5.1 Precificação de Ativos do Segmento de Renda Fixa

Dentre os processos elaborados e seguidos pela Valia está o de apuração do valor de mercado ou do intervalo referencial de preços máximos e mínimos dos ativos financeiros de renda fixa. Existe uma Instrução que descreve o procedimento a ser adotado quando da negociação de um ativo de renda fixa no mercado de balcão, de forma a manter aderentes ao mercado os preços negociados pela Valia. São consultadas algumas fontes públicas de informação, de notório reconhecimento e ampla utilização pelo mercado, tais como Anbima, COMPARE-Anbima, Bloomberg e CETIP-Net. A intenção é assegurar, no mínimo, que os preços apurados são consistentes com os preços de mercado vigentes à época da negociação, sendo que para os casos que por ventura isso não seja possível, a Valia deverá seguir de forma integral o que prevê a legislação vigente.

Em caso de problemas nas fontes supracitadas utilizaremos forma complementar, qual seja a consulta telefônica gravada a pelo menos três instituições para que se forme o intervalo referencial de compra ou venda como caso anterior.

5.2 Precificação de Ativos do Segmento de Renda Variável e BDRs⁵

Em relação à estratégia de formação de preço ótimo, no carregamento de posição, as ações que compõem a carteira Institucional I são compradas baseadas em análise Top-

⁵ BDRs fazem parte do segmento de Investimentos no Exterior.

-Down. Também serão considerados critérios de sustentabilidade na análise, conforme metodologia definida adiante nesta Política. Uma vez listados os setores da economia que serão foco principal de investimentos da Fundação, para o ano de 2012, através de Análise Setorial, é realizada a avaliação das empresas que participam desses setores. Através de análise fundamentalista, determina-se o preço justo de cada uma delas, utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado ou análise de múltiplos. Com isso, temos o preço alvo para cada um dos papéis que estão em nossa carteira e, salvo por qualquer reavaliação do preço justo após incorporação de novas informações divulgadas sobre a empresa ou qualquer outra variável utilizada em nossas projeções, uma vez atingido o preço alvo, as ações são alienadas.

A análise de múltiplos é também uma das metodologias utilizadas para o cálculo do valor da empresa. Baseia-se na análise dos múltiplos mais adequados a cada empresa, fruto do estudo, em comparação às suas concorrentes. A partir desses verifica-se como as ações da companhia estão sendo negociadas no mercado frente às suas comparáveis. Adicionalmente, são avaliados alguns indicadores financeiros, de mercado, de endividamento e de liquidez de forma complementar.

Quanto à precificação de ações e outros títulos com referência a preços de ações negociadas em mercado organizado de bolsa ou balcão é utilizado o preço de fechamento de negociação do dia da apuração, ou quando não disponível, o último preço de negociação. A fonte primária utilizada é a BM&FBovespa.

Para a precificação de opções há duas metodologias. A primeira metodologia é a de Black & Scholes utilizada para opções europeias. Para as opções americanas, onde o exercício da opção pode ocorrer antes da data de vencimento, a metodologia utilizada é o Modelo Binomial.

Para opções sobre ações líquidas, os modelos em questão só são utilizados na ausência de negociações regulares em mercado – caso contrário, é utilizado o preço da BM&FBovespa, que funciona como fonte primária de dados.

5.3 Precificação de Ativos do Segmento de Imóveis

A precificação de todos os ativos imobiliários é realizada anualmente seguida dos devidos registros contábeis. Adota-

mos como critério a contratação de empresas de avaliação imobiliária independente que não atuem no mercado como “brokers”. A metodologia de avaliação está vinculada ao tipo de imóvel podendo ser adotado o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, o Método de Capitalização da Renda, o Método de Quantificação de Custo, dentre outros, desde que estejam alinhados com as diretrizes estabelecidas na NBR 14.653-2 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e preferencialmente tenham Grau de Fundamentação III, que indica a profundidade da pesquisa realizada e Grau de Precisão I ou II, que indica a amplitude do intervalo de confiança em relação à média. Os valores apresentados nos laudos de avaliação não se restringem apenas a compra e venda e vida útil remanescente do imóvel, são indicados também o valor para fins de contratação do seguro de incêndio do imóvel com a sua respectiva memória de cálculo e definidas faixas de valores de locação para balizamento da gestão dos contratos de locação, em suas revisões, renovatórias e comercialização de áreas vagas. Objetivando a adequada contabilização, os valores de mercado indicativos dos laudos são apresentados de forma segregada entre terreno e benfeitoria.

5.4 Precificação de Ativos do Segmento de Investimentos Estruturados

A metodologia de precificação dos ativos constantes nas carteiras dos Fundos de Participação os quais a Valia detém participação (FIP's) pode ser dividida em duas hipóteses:

- Ativos que possuam liquidez em Bolsa de Valores: o valor das Companhias Investidas é apurado com base no valor de mercado; e
- Ativos que não possuam liquidez em Bolsa de Valores: via de regra, o valor das Companhias Investidas toma por base os seguintes critérios: (i) custo de aquisição, ou (ii) valor patrimonial.

É importante ressaltar que alguns Fundos prevêm em seus regulamentos outras metodologias de avaliação, a saber:

- o InfraBrasil FIP admite uma reavaliação de ativos, mediante aprovação por parte dos membros do Comitê de Investimentos, e com a ratificação dos auditores independentes do Fundo, como base na adoção das seguintes me-

metodologias: (i) fluxo de caixa descontado, ou (ii) múltiplos de mercado ou de transações de empresas similares;

- os Fundos de Investimento em Participações Governança & Gestão II, Brasil de Internacionalização de Empresas, Brasil Sustentabilidade e CRP VII prevêem como metodologia de precificação o custo de aquisição ou valor econômico, desde que este último não seja considerado para pagamento da taxa de administração;

- o Fundo BRZ-ALL FIP apresenta uma regra diferenciada de precificação dos ativos com liquidez, como reflexo do próprio objetivo do Fundo, que foi constituído unicamente para o investimento na Companhia ALL. Esta regra conta com duas hipóteses de precificação: (i) na hipótese de o ativo em questão ser uma *Unit* de emissão da Companhia-Alvo (América Latina Logística S.A), a ação ordinária será avaliada diariamente, pelo valor da *Unit*, pela última cotação média disponível em Bolsa de Valores, dividido por cinco, ou (ii) na hipótese de o ativo em questão ser a própria ação, a avaliação será feita diariamente, com base nas cotações de fechamento; e

- Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas, CRP VII e Brasil Sustentabilidade e Governança e Gestão II apresentam uma regra para ativos sem liquidez: a) pelo preço de emissão adotado em aumento de capital subsequente ao investimento realizado pelo Fundo, no qual terceiros tenham adquirido; b) pelo preço fixado em negociação de partici-

pação que represente, no mínimo, entre 10% (dez por cento) e 15% (quinze por cento) do capital da Companhia Investida e na qual, pelo menos, 10% (dez por cento) tenham sido adquiridos por terceiros; c) pelo seu valor econômico, determinado por empresa independente especializada.

É importante ressaltar que os critérios de precificação abordados acima estão em consonância com as Instruções CVM 391/03 (que trata da constituição, funcionamento e administração de FIP's), CVM 438/06 (que trata do plano contábil dos Fundos de Investimento) e CVM 305/99 (que trata das demonstrações contábeis dos Fundos de Investimento).

A precificação do Fundo Imobiliário se dá através do valor patrimonial da cota, calculado com base na legislação societária, o qual não reflete o real valor de mercado. Dentre outros fatores que contribuem para esta diferença temos o fato dos terrenos em estoque serem contabilizados pelo valor histórico até que se efetive a venda do terreno, momento em que ocorre a apropriação pelo valor de mercado.

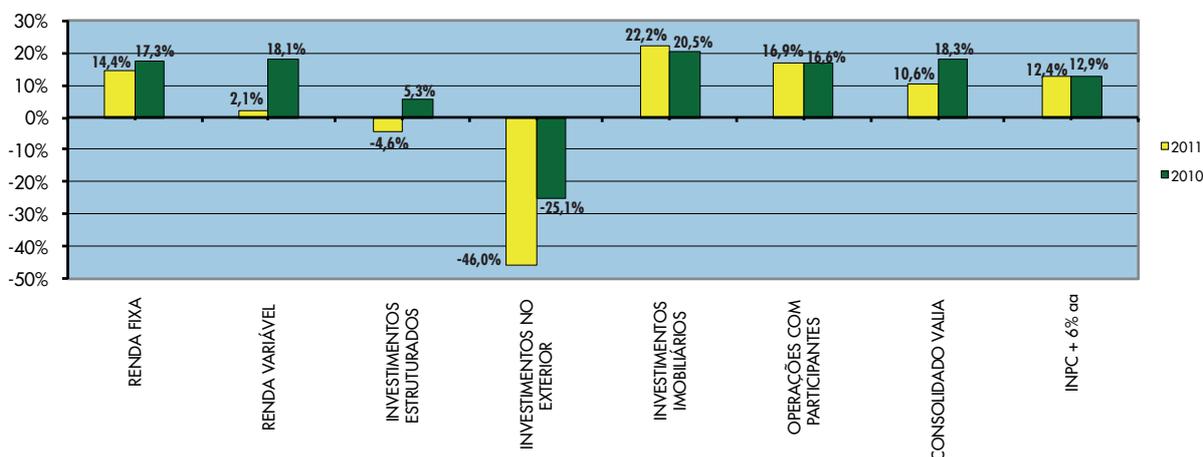
5.5 Precificação de Ativos do Segmento de Operações com Participantes

A metodologia de precificação do segmento Operações com Participantes adotada pela Valia é a soma do saldo devedor de todos os contratos de empréstimos/financiamentos realizados com seus participantes, atualizados pelas suas respectivas taxas contratuais, corrigidos monetariamente pelo INPC.

RESUMO DE DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO CONSOLIDADO

CONSOLIDADO						
	DEZEMBRO DE 2011			DEZEMBRO DE 2010		
	VALOR APLICADO	% APLICADO	RESULTADO	VALOR APLICADO	% APLICADO	RESULTADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	14.584.567.452	100	1.424.147.175	13.560.164.488	100	2.119.696.634
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	3.734.245	0,0	-	2.697.524	0,0	-
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	9.118.866.044	62,5	1.252.146.261	8.366.052.159	61,7	1.252.521.978
CDB/LFS	573.147.872	3,9	72.086.941	501.063.438	3,7	63.933.789
DEBÊNTURES	462.587.546	3,2	63.252.010	464.056.687	3,4	51.833.234
FUNDOS RF	4.573.875.189	31,4	557.702.957	3.945.882.529	29,1	592.809.705
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	3.509.255.437	24,1	559.104.353	3.455.049.505	25,5	543.945.250
C - INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	3.592.240.887	24,6	81.134.138	3.691.356.860	27,2	603.881.164
ACÇÕES	2.549.061.110	17,5	34.957.775	2.666.400.354	19,7	459.251.986
FUNDOS RV	1.043.179.777	7,2	46.176.363	1.024.956.506	7,6	144.629.178
D - INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	323.218.249	2,2	(13.190.505)	269.794.969	2,0	10.492.851
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	288.701.116	2,0	(14.832.935)	236.705.288	1,7	7.439.373
FUNDO IMOBILIÁRIO	34.517.132	0,2	1.642.430	33.089.680	0,2	3.053.478
E - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	24.137.191	0,2	(20.550.052)	44.687.243	0,3	(19.316.570)
ACÇÕES	24.137.191	0,2	(20.550.052)	44.687.243	0,3	(19.316.570)
F - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	861.511.574	5,9	147.502.733	500.023.688	3,7	81.582.417
IMÓVEIS	861.511.574	5,9	147.502.733	500.023.688	3,7	81.582.417
G - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	664.768.130	4,6	96.821.739	569.402.872	4,2	70.817.654
EMPRÉSTIMOS	617.411.659	4,2	86.817.247	499.763.043	3,7	71.010.730
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	47.356.471	0,3	10.004.492	69.639.829	0,5	(193.076)
H - OUTROS REALIZÁVEIS	0	0,0	(119.717.139)	119.717.139	0,9	119.717.139
OFND	0	0,0	(119.717.139)	119.717.139	0,9	119.717.139
I - DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	650.025	0,0				
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	650.025	0,0				
J - INVESTIMENTOS A PAGAR	(4.558.893)	(0,0)		(3.567.964)	(0,0)	

COMPARATIVO DA RENTABILIDADE - ACUMULADO 2011 x 2010

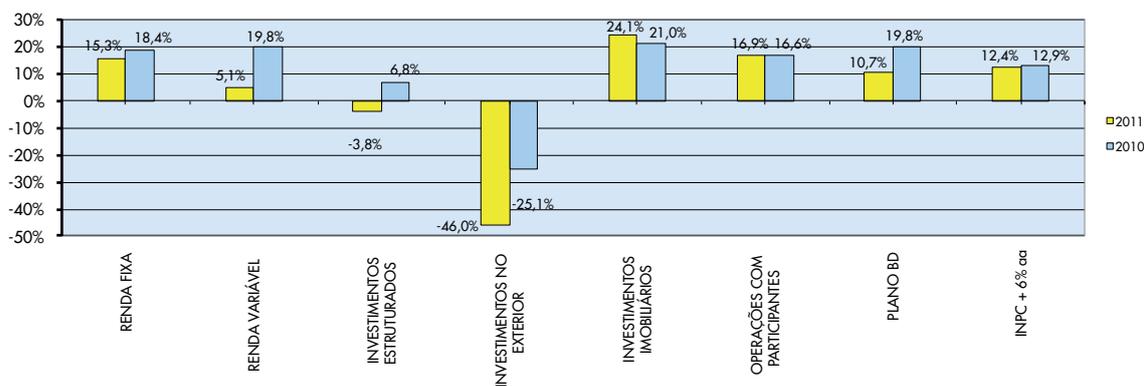


RESUMO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO – BD

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO

	DEZEMBRO DE 2011			DEZEMBRO DE 2010		
	VALOR APLICADO	% APLICADO	RESULTADO	VALOR APLICADO	% APLICADO	RESULTADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	10.168.195.579	100	1.013.939.639	9.841.272.727	100	1.668.141.298
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	269.556	0,0		1.001.866	0,0	
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	6.055.194.386	59,6	844.018.708	5.761.822.065	58,5	922.865.201
CDB	354.185.918	3,5	45.155.879	309.031.492	3,1	45.455.292
DEBÊNTURES	381.566.137	3,8	52.085.747	377.551.792	3,8	42.347.891
FUNDOS RF	2.327.419.882	22,9	282.442.241	2.117.156.746	21,5	364.239.790
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	2.992.022.449	29,4	464.334.841	2.958.082.036	30,1	470.822.227
C - INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	2.764.210.328	27,2	139.313.698	2.956.194.883	30,0	525.735.666
AÇÕES	2.266.185.518	22,3	45.645.123	2.349.566.421	23,9	406.528.470
FUNDOS RV	498.024.811	4,9	93.668.574	606.628.462	6,2	119.207.196
D - INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	289.916.714	2,9	(9.969.555)	243.512.859	2,5	11.593.246
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	257.576.445	2,5	(11.508.403)	212.510.018	2,2	8.732.339
FUNDO IMOBILIÁRIO	32.340.269	0,3	1.538.848	31.002.841	0,3	2.860.907
E - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	20.825.004	0,2	(17.730.104)	38.555.109	0,4	(16.742.249)
AÇÕES	20.825.004	0,2	(17.730.104)	38.555.109	0,4	(16.742.249)
F - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	708.732.475	7,0	119.407.421	438.124.902	4,5	74.568.593
IMÓVEIS	708.732.475	7,0	119.407.421	438.124.902	4,5	74.568.593
G - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	331.720.182	3,3	51.066.843	292.290.213	3,0	37.953.468
EMPRÉSTIMOS	312.763.188	3,1	45.769.655	261.446.998	2,7	38.102.952
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	18.956.995	0,2	5.297.188	30.843.215	0,3	(149.484)
H - OUTROS REALIZÁVEIS	0	0,0	(112.167.372)	112.167.372	1,1	112.167.372
OFND		0,0	(112.167.372)	112.167.372	1,1	112.167.372
I - DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	554.673	0,0	0			
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	554.673	0,0				
J - INVESTIMENTOS A PAGAR	(3.227.741)	(0,0)		(2.396.543)	(0,0)	

COMPARATIVO DA RENTABILIDADE ACUMULADO 2011 X 2010



MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA - CONSOLIDADO

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2011		
	VALOR APLICADO	% SOBRE OS RGRT	% SOBRE O TOTAL TERCEIRIZADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	14.584.567.452	6,73	
FUNDOS RF / GESTOR	467.479.922	3,21	47,62
Mining / BRAM	113.000.272	0,77	11,51
BB Milenio VIII / BB DTVM	97.313.273	0,67	9,91
Aldebaran / UBS Pactual Asset	90.936.692	0,62	9,26
Onix / Banco Safra	85.387.802	0,59	8,70
E FIM / Santander Asset	80.841.884	0,55	8,24
FUNDOS RV / GESTOR	479.650.208	3,29	48,86
Rauta FIA / Dynamo VC	135.446.600	0,93	13,80
Infra Brasil FIP / Banco Santander Brasil SA	84.092.993	0,58	8,57
Ibovespa Value / Bradesco Asset	55.308.062	0,38	5,63
BRZ ALL FIP / BRZ Investimentos	44.094.550	0,30	4,49
FIP Brasil de Governança Corporativa / BR Educacional Gestora de Recursos SA	36.603.802	0,25	3,73
CRP VII FIP / CRP Cia. Participações	22.586.665	0,15	2,30
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Adm. de Investimentos Ltda	21.848.053	0,15	2,23
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / TCG Gestor Ltda	21.693.999	0,15	2,21
FIP Governança e Gestão II / Governança e Gestão Investimentos Ltda	18.404.211	0,13	1,87
NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos Ltda	15.316.142	0,11	1,56
FIP Sondas / Caixa Econômica Federal	14.141.903	0,10	1,44
Brasil Sustentabilidade FIP / Latour Capital do Brasil Ltda	6.788.913	0,05	0,69
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda	3.129.885	0,02	0,32
Patrimônio Private Equity / Patria	194.429	0,00	0,02
FUNDO IMOBILIÁRIO / GESTOR	34.517.132	0,24	3,52
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / Banco Brascan SA	34.517.132	0,24	3,52
TOTAL TERCEIRIZADO	981.647.262		100

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA – BD

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2011		
	VALOR APLICADO	% SOBRE OS RGRT	% SOBRE O TOTAL TERCEIRIZADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	10.168.195.579	7,18	
FUNDOS RF / GESTOR	273.135.905	2,69	37,41
Mining / BRAM	88.932.367	0,87	12,18
Aldebaran / UBS Pactual Asset	70.189.184	0,69	9,61
Onix / Banco Safra	67.807.072	0,67	9,29
E FIM / Santander Asset	46.194.889	0,45	6,33
BB Milenio VIII / BB DTVM	12.392	0,00	0,00
FUNDOS RV / GESTOR	424.557.606	4,18	58,16
Rauta FIA / Dynamo VC	121.901.940	1,20	16,70
Infra Brasil FIP / Banco Santander Brasil SA	84.092.993	0,83	11,52
Ibovespa Value / Bradesco Asset	44.897.053	0,44	6,15
BRZ ALL FIP / BRZ Investimentos	37.480.368	0,37	5,13
FIP Brasil de Governança Corporativa / BR Educacional Gestora de Recursos SA	32.785.420	0,32	4,49
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Adm. de Investimentos Ltda	19.440.552	0,19	2,66
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / TCG Gestor Ltda	19.234.922	0,19	2,63
CRP VII FIP / CRP Cia. Participações	15.969.691	0,16	2,19
FIP Governança e Gestão II / Governança e Gestão Investimentos Ltda	15.580.232	0,15	2,13
NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos Ltda	12.538.037	0,12	1,72
FIP Sondas / Caixa Econômica Federal	11.446.147	0,11	1,57
Brasil Sustentabilidade FIP / Latour Capital do Brasil Ltda	6.075.577	0,06	0,83
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda	2.932.506	0,03	0,40
Patrimônio Private Equity / Patria	182.168	0,00	0,02
FUNDO IMOBILIÁRIO / GESTOR	32.340.269	0,32	4,43
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / Banco Brascan SA	32.340.269	0,32	4,43
TOTAL TERCEIRIZADO	730.033.780		100

**Parecer Atuarial do Plano de Benefícios - Plano de Benefício Definido
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia**

Introdução

Este documento, elaborado pela Mercer, apresenta os principais resultados, posicionados em 31/12/2011, da avaliação dos compromissos atuariais do Plano de Benefício Definido gerido pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia.

O presente estudo foi elaborado considerando-se os dados individuais disponibilizados pela Valia relativos aos participantes ativos e assistidos do Plano de Benefício Definido, posicionados em 31/07/2011, que, após a realização dos testes apropriados e dos ajustes identificados como necessários, foram considerados suficientemente completos para a execução dos cálculos.

O método atuarial e as hipóteses utilizadas foram aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira, em geral, e pela legislação previdenciária, em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para o pagamento dos benefícios.

Dados Cadastrais dos Participantes

Um resumo das principais características do grupo de participantes considerado nesta avaliação, cuja data base de posicionamento é 31/07/2011, está apresentado no quadro seguinte:

Participantes Ativos	
Número	14
Idade Média (anos)	51,14
Tempo de Empresa Médio (anos)	27,21
Salário Médio Mensal (R\$)	2.850,82
Folha Salarial Anual (incluindo 13º) (R\$)	518.848,85
Valor Presente da Folha Salarial (R\$)	1.932.442,00

Participantes Aposentados / Beneficiários recebendo Pensão por Morte
Aposentados por Idade e Tempo de Serviço

Número	7.901
Idade média (anos)	64,88
Benefício Médio Mensal (R\$)	2.998,88
Folha Anual (incluindo 13º)	308.023.633,97

Aposentados por Especial

Número	3111
Idade média (anos)	71,66
Benefício Médio Mensal (R\$)	1.860,69
Folha Anual (incluindo 13º)	75.252.096,92

Aposentados por Invalidez

Número	938
Idade média (anos)	59,67
Benefício Médio Mensal (R\$)	1.303,21
Folha Anual (incluindo 13º)	15.891.379,79

Beneficiários de Pensão por Morte (grupos familiares)

Número	4.953
Benefício Médio Mensal (R\$)	1.051,53
Folha Anual (incluindo 13º)	67.706.766,66

Participantes em processo de concessão de benefício

Número	1
Idade média (anos)	52
Salário Médio Mensal (R\$)	3.564,73
Folha Anual (incluindo 13º)	46.341,49

As folhas anuais apresentadas foram obtidas pela multiplicação por 13 da folha relativa à data base dos dados, tratando-se, portanto, da folha mensal anualizada.

Registramos, ainda, que tanto os salários quanto os benefícios apresentados refletem as hipóteses de pico e capacidade adotadas.

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas foram:

Hipóteses Econômicas

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na presente avaliação foi admitido o seguinte cenário econômico básico:

Taxa Real para Desconto da Obrigação Atuarial	6,0% a.a.
Taxa Real de Crescimento Salarial Médio	3,00% a.a. até 47 anos
	0,00% a.a. após 47 anos
Taxa Real de Crescimento do Benefício do INSS	0,0% a.a.
Taxa Real de Reajuste dos Benefícios do Plano	0,0% a.a.
Fator de pico dos Salários	1,0559 ⁽¹⁾
Fator de pico dos Benefícios (INPC)	1,0370 ⁽¹⁾
Capacidade dos Salários e Benefícios	0,99 ⁽²⁾
Custeio administrativo	8%

(1) O fator de pico tem por objetivo atualizar o valor do salário ou do benefício para o seu valor máximo, considerando a reposição dos índices de inflação passados, acumulados desde a data do último reajuste até a data do cálculo.

(2) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias.

Hipóteses Biométricas

As tábuas biométricas utilizadas e descritas na tabela a seguir estão reproduzidas no Apêndice B.

Tábua de Mortalidade Geral	AT83
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT83
Tábua de Entrada em Invalidez	Aplicação do fator de 3 à taxa de invalidez da tábua Álvaro Vindas
Rotatividade	Não utilizada
Novos Entrados	Não utilizada
Composição familiar (Cx e H _x)	Experiência VALIA

Outras Hipóteses

Idade na data de aposentadoria	Informada pela Valia, considerando as carências de tempo de empresa, tempo de Valia, aposentadoria por tempo de serviço aos 30/35 anos de tempo de vinculação à Previdência Social ou por idade aos 60/65 anos, sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial
Tempo de Vinculação à Previdência Social	Informado pela Valia, sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial

Métodos

O método atuarial adotado foi o "Agregado" para a avaliação de todos os benefícios do plano. O benefício de auxílio doença é pago pela Valia a partir do 25º mês, sendo adotados os mesmos procedimentos da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez para fins de custeio.

Informamos que as hipóteses atuariais e econômicas e os métodos atuariais utilizados na presente avaliação atuarial são os mesmos utilizados na avaliação atuarial referente ao exercício de 2010.

Em nossa opinião, as hipóteses e os métodos utilizados nesta avaliação atuarial, com data base de 31/12/2011, são apropriados e atendem à Resolução nº. 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2011 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e do Fundo Previdencial fornecidos pela Valia.

Nome	R\$
PATRIMÔNIO SOCIAL ⁽¹⁾	9.372.619.992,33
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	8.223.163.170,80
PROVISÕES MATEMÁTICAS	5.452.961.020,35
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	5.450.368.573,38
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	0,00
SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	0,00
Benefícios Temporários	0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	5.450.368.573,38
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	5.052.491.667,53
Benefícios Vitalícios	5.052.491.667,53
Benefício Proporcional	0,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	397.876.905,85
Benefícios Vitalícios	397.876.905,85
BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.592.446,97
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	0,00
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	0,00
Conta de Patrocinador	0,00
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	0,00
Conta de Participante	0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	2.509.826,46
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	2.891.263,51
Benefício Vitalício	2.891.263,51
Benefício Proporcional	0,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	(325.258,29)
(-) Contribuição Patroc. Benef. Vitalício	(325.258,29)
(-) Contribuição Patroc. BP	0,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	(56.178,76)
(-) Contribuição Participante	(56.178,76)

Nome	R\$
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	82.620,51
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	95.229,98
Benefício Vitalício	95.229,98
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	(10.752,33)
(-) Contribuição Patrocinador	(10.752,33)
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	(1.857,14)
(-) Contribuição Participante	(1.857,14)
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
(-) SERVIÇO PASSADO	0,00
(-) PATROCINADOR(ES)	0,00
(-) PARTICIPANTES	0,00
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	0,00
(-) PATROCINADOR(ES)	0,00
(-) PARTICIPANTES	0,00
(-) ASSISTIDOS	0,00
(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	0,00
(+/-) PATROCINADOR(ES)	0,00
(+/-) PARTICIPANTES	0,00
(+/-) ASSISTIDOS	0,00
EQUILÍBRIO TÉCNICO	2.770.202.150,45
RESULTADOS REALIZADOS	2.770.202.150,45
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	2.770.202.150,45
- Reserva de Contingência	1.363.240.255,08
- Reserva Especial para Revisão do Plano	1.406.961.895,37
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
RESULTADOS A REALIZAR	0,00
FUNDOS ⁽²⁾	1.149.456.821,53
Fundos Previdenciais	1.149.456.821,53
Fundo de Distribuição de Superávit	1.149.456.821,53

(1) Líquido dos Exigíveis Operacional e Contingencial e dos Fundos Administrativo, Assistencial e de Investimentos.

(2) Líquido dos Fundos Administrativo, Assistencial e de Investimentos.

Observamos que:

A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada já concedido em pensão por morte foi contabilizada na conta "Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos", assim como a reserva da pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado válido.

A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez já concedido em pensão por morte foi contabilizada na conta "Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos", assim como a reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado inválido.

A reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de participante ativo foi registrada na conta "Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos".

A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada a conceder em pensão por morte foi contabilizada na conta "Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado".

A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez a conceder em pensão por morte foi contabilizada na conta "Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado", assim como a reserva de pensão por morte a conceder de participante ativo.

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

1. O Regulamento do Plano de Benefício Definido vigente em 31/12/2011, plano este que se encontra em extinção e cujas principais características estão descritas no Apêndice A;
2. Os dados individuais, posicionados de 31/07/2011, dos participantes e beneficiários do Plano, fornecidos pela Valia à Mercer, que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no Capítulo 2;

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Valia, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

3. A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano, que estão descritos no Capítulo 3;

4. Os dados financeiros e patrimoniais, fornecidos pela Valia à Mercer, bem como os valores dos Fundos Previdenciais;

O passivo atuarial relativo aos participantes em processo de concessão de benefício foi calculado sem considerar a aplicação do fator previdenciário instituído pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999. Neste cálculo também não foi aplicado qualquer fator atuarial redutor em função da antecipação da concessão do benefício. O valor deste passivo está alocado nas provisões de benefícios concedidos. O passivo atuarial dos demais participantes ativos foi calculado considerando a aplicação do fator previdenciário.

O Fundo de Distribuição do Superávit foi constituído e está sendo utilizado conforme previsto nos Artigos 132 e 133 do Regulamento do Plano de Benefício Definido.

O Patrimônio para Cobertura do Plano é superior às Provisões Matemáticas, caracterizando uma situação de desequilíbrio positivo do plano. Com base no Superávit Técnico Acumulado apurado foi determinada Reserva de Contingência, correspondente a 25% das Provisões Matemáticas, e a Reserva Especial para Revisão de Plano, correspondente ao excesso do Superávit em relação a Reserva de Contingência.

Plano de Custeio e Contribuições para o Exercício de 2012

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, os patrocinadores e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefício Definido com base nos seguintes níveis:

Patrocinadores

- Contribuição: 20,0084% da folha de salários. Este percentual inclui o carregamento de 8% do total das contribuições para cobertura das despesas administrativas do plano.

Participantes Ativos e Assistidos

- 3% da parcela do salário/benefício até meio-teto da previdência social;
- 3,7% da parcela do salário/benefício entre meio-teto e o teto da previdência social;
- 10,7% da parcela do salário/benefício acima do teto da previdência social.

Observação: o carregamento para cobertura das despesas administrativas corresponde a 8% do total das contribuições.

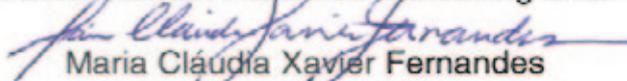
Do valor das contribuições do patrocinador e dos participantes que não estão em gozo de benefício, 96,8% são destinadas à cobertura dos benefícios programados e sua respectiva reversão em pensão, e o restante destina-se à cobertura dos benefícios de risco.

Do encargo dos benefícios concedidos de pensão por morte, 72,3% são oriundos de aposentadorias programadas e o restante é proveniente de participantes falecidos em atividade ou aposentados por invalidez.

O plano de custeio apresentado neste Parecer e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Valia passa a vigorar a partir de 01/01/2012.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 2012.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.


Maria Cláudia Xavier Fernandes
M.I.B.A. nº 509

Demonstrativo de despesas administrativas

Acumulado – dezembro de 2011

PGA - BD

DESCRIÇÃO	Previdencial	Investimentos	Total BD
Despesas Administrativas (A+B+C)	15.969.635	13.266.731	29.236.366
Despesas Comuns (A)	14.490.471	12.314.750	26.805.221
Pessoal e Encargos	7.432.038	6.707.446	14.139.484
Treinamentos	188.202	0	188.202
Viagens e Estadias	516.440	186.835	703.276
Serviços de Terceiros	4.187.956	2.483.247	6.671.203
Despesas Gerais	1.242.797	2.937.221	4.180.018
Depreciações e Amortizações	921.469	-	921.469
Contingências	-	-	-
Outras Despesas	1.569	-	1.569
Despesas Específicas (B)	1.479.164	951.981	2.431.145
Contingências (C)			

Acumulado – dezembro de 2011

PGA - CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	Previdencial	Investimentos	Total Geral
Despesas Administrativas (A+B+C)	27.187.076	21.723.263	48.910.339
Despesas Comuns (A)	23.745.696	20.252.095	43.997.792
Pessoal e Encargos	12.202.231	11.031.623	23.233.854
Treinamentos	307.836	0	307.836
Viagens e Estádias	841.131	306.658	1.147.789
Serviços de Terceiros	6.876.423	4.095.782	10.972.205
Despesas Gerais	2.002.669	4.818.032	6.820.701
Depreciações e Amortizações	1.512.831	-	1.512.831
Contingências	-	-	-
Outras Despesas	2.576	-	2.576
Despesas Específicas (B)	3.441.380	1.471.168	4.912.548
Contingências (C)			-

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, concluiu, com base no parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 7 de fevereiro de 2012, que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira da Fundação, manifestando-se pela sua aprovação.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2012.



GILSON DA SILVA BRAZIL
Presidente



ANA CAROLINA LESSA COELHO
Vice-Presidente



MARCOS CÉSAR SANTOS
Suplente



ANTÔNIO MACHADO DE CASTRO
Titular



LETÍCIA ZUARDI DE OLIVEIRA
Suplente

CONSELHO DELIBERATIVODELIBERAÇÃO – Nº 01/2012

O Conselho Deliberativo da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. O Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrações do Ativo Líquido por plano, Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido por plano, Demonstrac o das Obrigações Atuarias por plano e notas explicativas às demonstrações contábeis, relativos ao exercício findo em 31/12/2011, apresentados pela Diretoria Executiva da Entidade;
2. O parecer favorável da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes;
3. O parecer favorável do Conselho Fiscal datado de 02 de març o de 2012;

Delibera por unanimidade,

Aprovar a citada documenta o relativa ao exercício de 2011.

Rio de Janeiro, 14 de març o de 2012.


Marcus Vinicius Dias Severini

Presidente



Relatório Anual

• 2011 •